



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, TENDA SEM PISO E COMPLEMENTARES.

QUADRO RESUMO	
DADOS GERAIS	Início da entrega das propostas e documentos de habilitação: dia 30/12/2021
	Abertura das Propostas: às 09:00 horas do dia 13/01/2022
	Início da sessão de disputa: às 09:30 horas do dia 13/01/2022
	Modo de disputa: Aberto e Fechado
	Intervalo mínimo de diferença entre valores ou percentuais dos lances? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Qual? Não se aplica.
	Unidade(s) Gestora(s) Participante(s): Secretaria de Cultura (SEMC) e Secretaria de Esportes e Lazer (SEMESP).
	Número do Processo Administrativo: 5977146/2021.
	Contém lotes para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <i>(em caso positivo, o sistema provedor indicará os lotes cuja participação é exclusiva)</i>
	Licitação com reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <i>(em caso positivo, o sistema provedor indicará a reserva de cota para participação exclusiva)</i>
INFORMAÇÕES DA PROPOSTA	Critério de Julgamento das propostas: Menor Preço Global por Lote.
	Quantidade de casas decimais: 02 (duas) casas decimais.
	Exige indicação de marca no sistema provedor? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica
INFORMAÇÕES SOBRE AMOSTRAS	Exige apresentação de amostras? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica
	Prazo para apresentação: não se aplica
	Local de entrega da amostra: não se aplica
	Horário de recebimento: não se aplica
INFORMAÇÕES SOBRE VISITA TÉCNICA	Recomenda a realização de visita técnica pelo licitante? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica <i>(em caso positivo, constará anexo ao edital modelo de declaração de pleno conhecimento das condições para execução do objeto e de atestado de visita técnica)</i>
	Prazo para realização: Não se aplica.
	Horário para agendamento da visita: Não se aplica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

	Servidor responsável pelo agendamento: Não se aplica.
	Telefone: Não se aplica.
CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO	Exige assinatura de instrumento contratual: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <i>(em caso positivo, o instrumento respectivo constará anexo ao edital, em formato de minuta, onde serão apresentadas todas as informações relativas à entrega/execução do objeto)</i>
	Forma de execução/fornecimento: A execução do(s) serviço(s) ocorrerá de forma parcelada, mediante solicitação do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES ou UNIDADES REQUISITANTES
	Prazo de início da execução/fornecimento: Em até 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da Ordem de Serviço (OS)
	Local de execução/fornecimento: Os serviços serão prestados em diversos bairros do Município de Vitória/ES, conforme datas, condições, prazo e cronograma definidos pela unidade requisitante, quando da assinatura do contrato
GESTÃO/FISCALIZAÇÃO	a) Na SEMC: -Jeanny Grazielle Garcia; Tel: (27) 3132.2080
	b) Na SEMESP: -André Luis Campos Pinheiros; Tel: (27) 3223.6246 -Camilo Marcarini Cavalcanti; Tel: (27) 3382.6430
PAGAMENTO	Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias.
OBRIGAÇÕES DAS PARTES	Obrigações do Compromissário Fornecedor e/ou Contratada: 1.1. Prestar os serviços estritamente de acordo com as especificações e quantidades descritas neste Edital; 1.2. Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público; 1.3. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los; 1.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE; 1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE; 1.6. Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>1.7. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo Fiscal do Contrato, os serviços que, a juízo deste, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;</p> <p>1.8. Não efetuar subcontratação de qualquer serviço ou atividade, sem justificativa e com prévia e expressa autorização da Contratante, que poderá, se assim entender, indeferir a solicitação;</p> <p>1.9. Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento;</p> <p>1.10. A empresa contratada deverá estar devidamente regular com as obrigações junto ao FGTS, bem como aos tributos Federais, Estaduais, Municipais e Trabalhistas;</p> <p>1.11. Manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, inclusive a regularidade fiscal;</p> <p>1.12. Fornecer toda a documentação necessária para a efetuação do pagamento, conforme a Lei nº 8666/93;</p> <p>1.13. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer os documentos de habilitação fiscal e/ou jurídica, que foram apresentados no certame licitatório, atualizados;</p> <p>1.14. Assumir a responsabilidade pela segurança e guarda do equipamento enquanto estiver montado (dia e noite);</p> <p>1.15. Todo o equipamento fornecido deverá estar em bom estado de funcionamento e conservação, caso contrário deverá ser substituído imediatamente;</p> <p>1.16. A empresa deverá ter condição/infraestrutura de atender até 04 (quatro) eventos simultâneos, em pontos distintos da cidade;</p> <p>1.17. Deverá disponibilizar e manter equipe técnica e auxiliares para montagem, operacionalização e manutenção, caso seja necessário, durante a execução de todo o serviço. Estes deverão estar devidamente uniformizados e identificados com credenciais da empresa;</p> <p>1.18. Segurança, transporte e alimentação da equipe disponibilizada será de total responsabilidade da empresa CONTRATADA;</p> <p>1.19. Para toda e qualquer montagem, a empresa CONTRATADA deverá apresentar o Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional competente, de acordo com a legislação vigente, referente a estrutura e instalações elétrica/iluminação;</p> <p>1.20. O custo do combustível utilizado deverá ser arcado pela CONTRATADA;</p> <p>1.21. Todos os horários definidos pelas secretarias deverão ser cumpridos;</p> <p>1.22. No caso específico de <u>CAMARINS</u>:</p> <p>1.22.1. Normas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, disponibilização de extintores de incêndio (CO2, PQS), com o quantitativo</p>
--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>e disposição dos mesmos pré-estabelecidos por este órgão, serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA;</p> <p>1.22.2. A empresa deverá ter condição/infraestrutura de atender até 04 eventos simultâneos, em pontos distintos da cidade. Cada evento com até 05 estruturas de camarins cada;</p> <p>1.22.3. Os camarins deverão ser entregues com 04 (quatro) horas de antecedência do evento, limpos e com instalação elétrica funcionando/ligada. O ponto de energia será fornecido pela Administração;</p> <p>1.22.4. No caso de o evento ter mais de um dia, os camarins deverão ser limpos todos os dias, antes do início de cada evento, enquanto estiverem montados para utilização.</p> <p>1.23. No caso específico de <u>PALCO</u> e <u>ESTRUTURAS PARA PALCO</u>:</p> <p>1.23.1. A desmontagem deverá ser feita num prazo máximo de 08 (oito) horas após o término do evento;</p> <p>1.23.2. Para o Viradão Cultural será necessário que a montagem seja feita no prazo de até 08 (oito) horas e desmontagem no prazo de até 06 (seis) horas;</p> <p>1.23.3. Não será permitido peças enferrujadas ou com falta de pintura;</p> <p>1.23.4. Normas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, disponibilização de extintores de incêndio (CO2, PQS), com o quantitativo e disposição dos mesmos pré-estabelecidos por este órgão, serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA;</p> <p>1.23.5. Para toda e qualquer montagem a empresa CONTRATADA deverá apresentar o Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), assinada por profissional competente, de acordo com a legislação vigente, referente a estrutura;</p> <p>1.23.6. Os palcos e estrutura deverão ser entregues com 04 (quatro) horas de antecedência do horário de passagem de som das atrações (esse horário será definido pela Secretaria Requisitante).</p> <p>1.24. No caso específico de <u>TENDAS SEM PISO</u>, incluindo montagem e desmontagem:</p> <p>1.24.1. A desmontagem deverá ser feita num prazo máximo de 02 (duas) horas após o término do evento;</p> <p>1.24.2. Normas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, disponibilização de extintores de incêndio (CO2, PQS), com o quantitativo e disposição dos mesmos pré-estabelecidos por este órgão, serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA;</p> <p>1.24.3. Para toda e qualquer montagem a empresa CONTRATADA deverá apresentar o Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), assinado por profissional competente, de acordo com a legislação vigente, referente a estrutura e instalações elétricas;</p> <p>1.24.4. O serviço deverá ser entregue com 04 (quatro) horas de antecedência do evento;</p>
--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>1.24.5. Instalações elétricas/iluminação: iluminação interna com lâmpadas fluorescentes de 100w (quantidade necessária para iluminar a tenda) acopladas em arandelas de alumínio anodizado, ponto de energia fornecido pela Administração.</p> <p>1.25. Demais disposições contidas neste Edital.</p> <p>Obrigações do Órgão Gerenciador e/ou Contratante:</p> <p>2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;</p> <p>2.2. Controlar os saldos das Atas de Registro de Preços por órgãos participantes;</p> <p>2.3. Instruir e gerenciar as solicitações de adesão;</p> <p>2.4. Comunicar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR antes da emissão do respectivo Empenho e Autorização de Fornecimento (AF) quanto à aquisição/contratação em andamento;</p> <p>2.5. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta a toda a Ata de Registro de Preços e não tiver ocorrido na fase de execução com o requisitante;</p> <p>2.6. Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta do Compromissário Fornecedor em relação à determinada Ata de SRP ou fornecimento;</p> <p>2.7. Eventuais ajustes no calendário serão devidamente comunicados com antecedência de no mínimo 12 (doze) horas, por e-mail, com informações como: nome do evento, data, horário de entrega e responsável no evento com número de telefone.</p> <p>Obrigações do Gestor/Fiscal – Órgão Requisitante:</p> <p>3.1. Responsabilizar-se pelo pagamento do objeto contratado dentro do prazo estabelecido na legislação;</p> <p>3.2. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido à Contratada através de ofício e/ou e-mail;</p> <p>3.3. À Contratante reserva-se o direito de rejeitar e suspender o pagamento se o objeto contratado não atender as especificações constantes neste Edital;</p> <p>3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, designando o(s) servidor(es) responsável(is);</p> <p>3.5. Notificar, por escrito, à Contratada, a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, nos horários par a sua correção;</p> <p>3.6. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados;</p> <p>3.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da Contratante quanto ao uso das instalações, caso venham a ser solicitadas pelos empregados da Contratada;</p>
--	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

	3.8. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração tiver ocorrido na fase de execução.
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	<p>Aos licitantes/contratados que infringirem as normas constantes do Edital, são aplicáveis as seguintes sanções:</p> <p><u>I. Impedimento de licitar e contratar</u> com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 pelos seguintes motivos:</p> <p>a) Não assinar a ata e/ou contrato, injustificadamente (inexecução total): até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);</p> <p>b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame (desistência de proposta): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);</p> <p>c) Apresentar documentação falsa: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;</p> <p>d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado), até 06 (seis) horas, a contar do início do evento: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;</p> <p>e) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado), superior a 06 (seis) horas, a contar do início do evento: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;</p> <p>f) Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução total), caracterizado pela verificação da não execução dos serviços após 08 (oito) horas, a contar do início do evento: até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

	<p>contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.</p> <p>II. Advertência – no caso de faltas leves corrigíveis, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração.</p> <p>III. Multas – nos seguintes casos e percentuais:</p> <p>a) Multa de Mora: Por atraso injustificado na execução do serviço de até 04 (quatro) horas, a contar do início do evento: 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;</p> <p>b) Multa de Mora: Por atraso injustificado na execução do serviço superior a 04 (quatro) horas e até 06 (seis) horas, a contar do início do evento: 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;</p> <p>c) Multa Compensatória: Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) superior a 06 (seis) horas, a contar do início do evento: 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;</p> <p>d) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;</p> <p>e) Multa Compensatória: Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço (OS), uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS);</p> <p>f) Multa Compensatória: Por inexecução total injustificada da Ordem de Serviço (OS). Caracterizada pela verificação da não execução dos serviços após 08 (oito) horas de atraso, a contar do início do evento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS).</p> <p>Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:</p> <p>a) Fraude na execução do contrato;</p> <p>b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.</p>
GARANTIA CONTRATUAL	<p>Exige garantia contratual? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> <p>Qual? Não se aplica.</p> <p>Qual prazo para apresentação? Não se aplica.</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 310/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, TENDA SEM PISO E COMPLEMENTARES.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE VITÓRIA, por meio da Equipe de Pregão da Central de Licitações, Compras e Contratos, designada pela(s) Portaria(s) nº 165/2020, de 01/12/2020, publicada em 04/12/2020, nº 021/2021 de 23/02/2021, publicada em 25/02/2021, nº 152/2021, de 19/11/2021, publicada em 23/11/2021 e Portaria da Controladoria Geral do Município nº 029/2021, de 16/12/2021, publicada em 20/12/2021, com fulcro na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Lei Municipal nº 6.928, de 18/05/2007, Lei Municipal nº 8.753, de 19/11/2014, Decreto Municipal nº 16.522, de 16/11/2015, Decreto Municipal nº 17.959/2019 de 20/12/2019 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, bem como demais legislações aplicáveis à matéria e, de acordo com o disposto no presente Edital, quadro resumo e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA. O Edital encontra-se disponível no site portaldecompras.vitoria.es.gov.br, bem como na página do provedor www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - *criptografia e autenticação* - em todas as suas fases.
- 1.2.** Os atos do pregão serão documentados no respectivo processo administrativo, com vistas à aferição de sua regularidade.
- 1.3.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo do sistema provedor.
- 1.4.** Formalização de consultas: Observado o prazo legal, os interessados poderão formular consultas em campo próprio do sistema provedor. Contatos podem ser realizados pelo telefone: (27) 3382-6037 / 6074.
- 1.5.** Pregoeira responsável: **Luize Stussi Rodrigues**.
- 1.6.** O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a)** Coordenar o processo licitatório da modalidade Pregão, forma Eletrônica;
 - b)** Conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio;
 - c)** Elaborar as minutas de editais;
 - d)** Designar Membro da Equipe de Apoio para efetuar o registro do edital no sistema eletrônico do provedor;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- e) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado, se necessário, pelas unidades gestoras e pelos setores técnicos e jurídicos competentes;
- f) Garantir a harmonia durante a sessão pública;
- g) Receber as propostas de preços e a documentação de habilitação, na forma estabelecida pelo edital;
- h) Acompanhar e julgar a melhor proposta de preço;
- i) Verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e classificar as propostas de menor preço, observando o dispositivo na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores;
- j) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- k) Indicar o vencedor do certame;
- l) Receber os recursos encaminhando a autoridade competente para possível ratificação do julgamento;
- m) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- n) Encaminhar os autos do processo, devidamente instruído, a autoridade competente para homologação;
- o) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas em edital.

1.7. Todas as referências de tempo do Edital, do Aviso e da Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, TENDA SEM PISO E COMPLEMENTARES.**

2.2. As especificações do objeto, contendo detalhamento dos itens licitados e respectivos quantitativos, encontram-se disponibilizadas em campo próprio do sistema provedor.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Na licitação para Registro de Preços não haverá prévia reserva orçamentária e o quantitativo do objeto pretendido será indicado em termos estimativos, em função do consumo anual, sendo a dotação orçamentária indicada somente no momento da efetiva aquisição e/ou contratação dos serviços.

3.2. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Vitória, para os exercícios alcançados pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

prazo de validade da Ata de Registro de Preços, e será a cargo do Órgão Participante, cujo programa de trabalho e elemento de despesa específica constará na respectiva Nota de Empenho.

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, previsto no artigo 15 da Lei nº 8.666/1993, no artigo 11 da Lei nº 10.520/2002, instituído no Município de Vitória pela Lei nº 8.753/2014 e suas alterações e regulamentado pelo Decreto nº 17.959/2019.

4.2. Sistema de Registro de Preços (SRP) - conjunto de procedimentos para registro formal de preços visando futuras contratações de serviços ou aquisições de bens.

4.3. Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

4.4. Órgão Gerenciador - órgão da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

4.5. Órgão Participante - órgão da Administração Pública Municipal Direta, que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços.

4.6. Órgão Não Participante Interno - órgão da Administração Pública Municipal Direta, que não participou dos procedimentos iniciais do SRP, não integrando a Ata de Registro de Preços, mas que poderá utilizá-la mediante remanejamento, após autorização do Órgão Gerenciador, nos termos do Decreto nº 17.959/2019.

4.7. Órgão Não Participante Externo - órgão da Administração Pública Indireta e das demais esferas, que não participou dos procedimentos iniciais do SRP, não integrando a Ata de Registro de Preços, mas que poderá utilizá-la mediante adesão, após autorização do Órgão Gerenciador, nos termos do Decreto nº 17.959/2019.

4.8. Compromissário Fornecedor - pessoa física ou jurídica registrada na ata de registro de preços, com o compromisso de fornecer o objeto licitado.

4.9. Compromissário Fornecedor Reserva – pessoa física ou jurídica que aceitou registrar o seu preço ao preço do vencedor, respeitada a ordem de classificação das propostas, visando o cadastro reserva para eventual convocação, nos termos do Decreto nº 17.959/2019.

4.10. Gestor da Ata – é o servidor designado pelos Órgãos Participantes para administrar os quantitativos e as contratações provenientes do registro de preços.

4.11. Autoridade Competente – Servidor ocupante do cargo de Subsecretário de Gestão Administrativa, da Secretaria de Gestão e Planejamento, designado como superior hierárquico, ao qual estará vinculada a Central de Licitações.

4.12. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços, contado da data de sua publicação no veículo de imprensa oficial do Município, não poderá ser superior a 12 (doze) meses, computadas neste, eventuais prorrogações admitidas, desde que haja previsão expressa no instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

4.13. Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme disposições contidas no instrumento convocatório, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666 de 1993.

4.14. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurada ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços preferência para contratação em igualdade de condições, caso o valor obtido no certame seja igual ou superior àqueles registrados.

4.15. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador providenciará o registro dos preços e quantitativos do(s) licitante(s) melhor(es) classificado(s) e, para formação do cadastro de reserva, dos preços e quantidades do(s) licitante(s) que aceitar(em) cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante(s) melhor(es) classificado(s).

4.16. O cadastro reserva pode ser utilizado apenas no caso de exclusão do primeiro colocado nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 17.959/2019.

4.16.1. Havendo mais de um licitante no cadastro reserva, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

4.16.2. A eventual utilização do cadastro reserva obedecerá à classificação das empresas que o compõe, na forma estabelecida no subitem anterior.

4.17. Após publicada no veículo de imprensa oficial do Município, a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

4.18. Durante a validade da Ata de Registro de Preços, a contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

4.19. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto Municipal nº 17.959/2019.

4.20. O fornecedor terá o registro de seu preço cancelado pela Administração nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 17.959/2019 e neste Edital.

4.21. Nos preços registrados deverão estar inclusos todos os custos relativos a embalagens, transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e tributos de quaisquer naturezas.

5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Aos licitantes que infringirem as normas constantes deste edital são aplicáveis às sanções previstas na legislação de regência, de acordo com a tipificação constante do quadro resumo.

5.2. Eventuais multas previstas, quando aplicadas, poderão ser descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

5.3. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e multa poderão ser aplicadas de forma conjunta, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

5.4. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e advertência são de competência do Gerente de Integridade, Transparência e Prevenção à Corrupção, da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa prévia do Licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.5. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência do Secretário da Controladoria Geral do Município, facultada a defesa da Licitante, no respectivo processo administrativo de penalidade, no prazo de 10 (dez) dias da notificação e abertura de vista.

5.6. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do certame os interessados que atenderem à todas as exigências contidas neste Edital, seus anexos e no sistema, e que sejam possuidores de chaves de identificação e senha fornecidas pelo provedor.

6.2. Estarão impedidos de participar de quaisquer fases do certame, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, em face das hipóteses previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/93;
- b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- c) Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;
- d) Estejam enquadradas no disposto do art. 9º, da Lei nº 8.666/93;
- e) Que não se qualifiquem como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual – restrito aos lotes marcados para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual no sistema do provedor;
- f) Que, embora qualificadas como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006 – restrito aos lotes marcados para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual no sistema do provedor;

6.3. Quando houver indicação, no quadro resumo, da existência de lotes exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual ou, ainda, de cota exclusiva para referidos seguimentos de empresas, o sistema provedor indicará os respectivos lotes, percentuais, quando for o caso, e demais informações necessárias à formulação das propostas.

6.4. Para a participação de **CONSÓRCIOS** deverão ser atendidas as condições previstas no Art. 33 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e aquelas estabelecidas neste Edital.

6.4.1. Composição de cada consórcio com no máximo 02 (duas) empresas por consórcio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

6.4.2. Não poderá participar do consórcio empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado da Prefeitura Municipal de Vitória.

6.4.3. Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

6.4.4. A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

6.4.5. No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada um destes, na proporção de sua respectiva participação.

6.4.6. As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

- a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;
- b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;
- c) Discriminar a empresa líder;
- d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;
- e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

6.4.7. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

6.4.8. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.4.9. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

6.4.10. O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da homologação do procedimento licitatório, o instrumento de constituição e os registros do consórcio



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

nos órgãos competentes, nos termos do art. 33, § 2º, da Lei 8.666/1993 e dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/1976.

6.4.11. No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

6.5. O desatendimento de quaisquer exigências estabelecidas neste Edital importará na desclassificação ou inabilitação do interessado, a depender da fase a qual estiver submetido o procedimento.

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA PROVEDOR

7.1. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente cadastrados junto ao provedor do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização do pregão.

7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão obter chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), junto ao provedor do sistema indicado neste instrumento, através de realização de cadastramento simplificado.

7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada.

7.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilização pelos atos praticados, devendo ser indicada pessoa com capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.5. Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico antes, durante e após a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e informações emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

8.1. A impugnação ao Edital poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, mediante documento formalizado e apresentado no endereço eletrônico do provedor indicado neste Edital.

8.2. As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o Pregoeiro atribuir-lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.

8.3. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8.4. O pedido de esclarecimentos referentes ao processo licitatório será encaminhado ao pregoeiro por meio do endereço eletrônico do provedor indicado neste Edital.

8.5. O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

8.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no portal de compras do município e no sistema do provedor e vincularão os participantes e a administração.

8.7. A intenção de interpor recurso poderá ser promovida pelos licitantes, de forma MOTIVADA, via sistema, DEPOIS DE DECLARADO O VENCEDOR da disputa pelo Pregoeiro. O sistema aceitará a intenção do licitante, inicialmente, nas **24 (vinte e quatro) horas** imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor. O licitante desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso na forma e prazo estabelecidos neste item.

8.8. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do aqui estabelecido (chat de mensagens, e-mail, fax, carta, etc.).

8.9. Manifestada a intenção de interpor recurso, o recorrente terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de seu recurso, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR**, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente, a partir da data do término da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias e na mesma forma, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada, em qualquer caso, vistas imediatas dos autos.

8.10. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.

8.11. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

8.12. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao Licitante vencedor.

8.13. Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

8.14. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR

9.1. Após efetuar *login* no sistema provedor, o licitante poderá realizar o *download* do arquivo do Edital e, subsequentemente, prestar as declarações exigidas, encaminhar sua proposta de preços preliminar, bem como atender às demais exigências deste instrumento, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, sempre, as datas e horários estabelecidos.

9.2. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, o Licitante deverá manifestar, antes de inserir sua proposta comercial preliminar, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

a) Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do Edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

b) Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no Edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

c) Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

d) Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 39 do decreto 17.959/2019.

e) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência - *exclusivo e obrigatório às empresas enquadradas nos termos da LC 123/06 e que desejam utilizar os benefícios ali prescritos.*

9.2.1.1. Os licitantes que se enquadrarem como Microempreendedor Individual (MEI), deverão se cadastrar no sistema provedor como segmento Microempresa, para fins de obtenção dos benefícios respectivos.

9.2.1.2. Quando houver, no quadro resumo e no sistema do provedor, indicação da existência de lote para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, apenas as licitantes enquadradas nas referidas situações poderão participar dos respectivos lotes.

9.2.1.3. O Licitante que se declarar enquadrado na Lei Complementar nº 123/06 e vier a ser desclassificado ou inabilitado por não fazer jus aos benefícios está ciente de que PODERÁ ser instaurado processo administrativo com vistas à aplicação das sanções previstas neste instrumento.

9.3. Após prestadas as declarações a que se referem os subitens anteriores, os licitantes interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos exigidos para habilitação, proposta comercial preliminar com o valor ofertado.

9.4. As propostas preliminares e os documentos de habilitação poderão ser enviados, substituídos, excluídos e replicados no sistema até a data e hora definidas no quadro resumo para abertura das propostas.

9.4.1. O valor ofertado pelo licitante à título de proposta comercial preliminar, será digitado em campo próprio do sistema, dispensado o upload de qualquer documento contendo as informações de preços e quantidades.

9.5. O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se a quantidade de casas decimais prevista no quadro resumo. Embora o julgamento seja por lote, na proposta comercial definitiva, a quantidade de casas decimais deverá ser preservada também no valor unitário, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a entrega do objeto, com base nas especificações detalhadas constantes no ANEXO denominado “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO”.

9.6. O valor a ser cadastrado no sistema, à título de proposta comercial preliminar, deverá referir-se ao valor unitário e total de cada item. Contudo, a disputa será através do Valor Global do Lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

9.7. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do sistema do provedor, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgado aos licitantes apenas e imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

9.8. Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do sistema do provedor.

9.9. A PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR, inserida no sistema do provedor antes da disputa, não poderá conter qualquer informação que torne possível a identificação do respectivo licitante, até a conclusão da fase de lances, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

9.10. As empresas deverão, obrigatoriamente, considerar todos os itens contidos no lote para formulação das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11. Quando indicado no quadro resumo, as marcas dos itens ofertados deverão ser informadas, obrigatoriamente, em campo próprio do sistema provedor, no momento em que as propostas preliminares forem cadastradas, sendo que também deverão, neste caso, ser informadas na proposta comercial definitiva, sob pena de desclassificação.

9.11.1. Ainda quando indicado no quadro resumo pela obrigatoriedade de indicação das marcas, o licitante que cadastrar mais de uma para o mesmo produto ofertado (DENTRO DE UM MESMO ITEM) será considerado DESCLASSIFICADO.

9.12. Serão desclassificadas as propostas que:

9.12.1. Não atenderem as disposições contidas neste edital;

9.12.2. Apresentarem preço incompatível com os preços de mercado;

9.12.3. Apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais Licitantes.

10. DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PRELIMINARES E DA SESSÃO DE DISPUTA

10.1. A partir do horário previsto no quadro resumo, o pregoeiro realizará a abertura e posterior julgamento das propostas preliminares apresentadas pelos licitantes interessados.

10.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.3. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

10.4. É defeso ao pregoeiro proceder à desclassificação de propostas, antes do início da fase competitiva, apresentadas em valor superior ao preço referencial.

10.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, segundo a ordem de classificação provisória obtida.

10.6. Somente as propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

10.7. Encerrado o julgamento das propostas preliminares e observado o horário estipulado neste instrumento, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro, com início da fase competitiva, onde os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.8. O sistema disponibilizará campo próprio para envio de mensagens, pelo pregoeiro, aos licitantes.

10.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.

10.10. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

10.11. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.12. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.13. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do respectivo licitante.

10.14. Serão adotados, para o envio de lances no pregão eletrônico, observado aquele eleito no quadro resumo, os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no quadro resumo; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no quadro resumo.

10.15. No modo de disputa aberto, o quadro resumo preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.15.1. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.15.2. A prorrogação automática de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.15.3. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

10.15.4. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.16. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

10.16.1. Encerrado o prazo de quinze minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

10.16.2. Encerrado o prazo aleatório, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do referido prazo.

10.16.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10.16.4. Na hipótese de nova ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será, de igual forma, sigiloso até o encerramento do aludido prazo.

10.16.5. Na hipótese de não haver licitante classificado, na etapa de lance fechado, que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

10.17. Encerrados todos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.18. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.18.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese. Neste momento o Pregoeiro adotará os procedimentos referentes aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, como segue:

10.19.1. O procedimento de empate - *lances classificados no intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores ao da empresa declarada arrematante* - será detectado automaticamente na sala de disputa. Encerrado o recebimento de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate informando o nome da empresa. Em seguida, o sistema habilitará para o Pregoeiro o botão “Convocar” que permitirá a convocação da empresa que se encontra em situação de empate. Acionado o botão, o sistema emitirá nova mensagem informando para a empresa em situação de empate que esta deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

10.19.2. O prazo é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do certame.

10.19.3. Apenas terão direito aos benefícios acima mencionados as empresas que tiverem se manifestado como enquadradas nos termos da LC 123/06, na forma prevista neste Edital.

10.20. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

10.21. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, no prazo de 02 (duas) horas, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

10.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.23. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará aquela classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e compatibilidade dos preços unitários e global, e verificará a habilitação do licitante respectivo, conforme disposições deste edital.

10.24. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda plenamente aos requisitos deste edital.

10.25. Após realizadas as análises prescritas nos subitens anteriores, o pregoeiro realizará a declaração do vencedor respectivo, via sistema, momento em que será oportunizado às licitantes o direito de apresentarem manifestação da intenção de recorrer em face dos atos praticados no certame, na forma e prazo estabelecidos neste instrumento.

10.26. Ultrapassada a fase recursal, será exigido do licitante vencedor a apresentação de proposta comercial definitiva, na forma e prazo previstos neste edital, como condição à adjudicação do objeto licitado.

11. DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA E RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1.1. Os documentos exigidos para habilitação no certame serão encaminhados concomitantemente à proposta de preços preliminar (antes da abertura das propostas) **no formato “.zip”**, na forma e prazo previstos neste edital e quadro resumo.

11.1.2. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

11.1.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos disponibilizados por meio diverso que o sistema provedor, na forma prevista neste instrumento.

11.1.4. Todos os documentos exigidos, inclusive a proposta comercial definitiva, serão encaminhados em formato digital, nos termos dos subitens subsequentes.

11.1.5. Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

11.1.6. O licitante deverá observar o disposto no subitem 7.5, no que diz respeito à sua convocação para apresentação da proposta comercial definitiva e eventuais documentos adicionais, sendo de sua responsabilidade acompanhar os atos praticados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, bem como realizar contato junto ao responsável, se assim for de seu interesse, para conferir o correto recebimento dos documentos enviados, quando assim exigido.

11.1.7. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

11.1.8. Os originais ou as cópias autenticadas dos documentos remetidos de forma eletrônica poderão ser exigidos pelo Pregoeiro, no caso de existência de quaisquer dúvidas ou havendo necessidade de realização de diligências, ocasião em que será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para encaminhamento dos mesmos.

11.1.9. Quando solicitada a apresentação de originais ou cópias autenticadas, nos termos do parágrafo anterior, será considerado atendido o prazo de entrega na data da postagem, desde que a licitante utilize a ferramenta SEDEX, com o respectivo registro e envio do código de rastreamento ao Pregoeiro. Caso o licitante opte por outro meio de entrega dos documentos em questão, será considerado atendido o prazo na data do efetivo recebimento.

11.2. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

11.2.1. A critério do pregoeiro, poderá ser exigido do licitante que invocar a condição de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou Microempendedor Individual (MEI), mediante declaração em campo próprio do sistema provedor, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, a apresentação de documentação comprobatória de seu enquadramento.

11.2.2. Caso o licitante não atenda à eventual solicitação do pregoeiro, decairá do direito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, mesmo tendo invocado tal condição no sistema provedor.

11.3. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

11.3.1. O licitante deverá apresentar os documentos para sua habilitação especificados a seguir, com validade vigente à data de sua apresentação, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos “protocolos de entrega ou solicitação de documento” em substituição.

11.3.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

11.3.2.1. Para habilitação jurídica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos, quando couber:

I. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa individual, com o “Objeto Social” compatível com o objeto do(s) lote(s) em que a empresa cadastrou proposta. A empresa que apresentar Registro Comercial com Objeto Social não semelhante ao objeto que ela própria cadastrou, será considerada INABILITADA;

II. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E SUA CONSOLIDAÇÃO ou alterações em vigor, com o “Objeto Social” compatível com o objeto do(s) lote(s) em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado do documento de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e sua Consolidação e alterações em vigor com o Objeto Social não compatível com o objeto que ela própria cadastrou, será considerada INABILITADA;

III. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

IV. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício.

11.3.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.3.3.1. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

V. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

VI. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.3.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.3.4.1. Para Qualificação Técnica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: Comprovação de que a licitante presta ou prestou, sem restrição, serviço de natureza compatível com o objeto desta licitação. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), devidamente assinado(s), carimbado(s) e, preferencialmente, timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

II. CERTIDÃO DE REGISTRO DA EMPRESA no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou outro Conselho Profissional competente, expedida pelo referido Conselho da região da sede da licitante, com indicação do respectivo responsável técnico devidamente habilitado para o desempenho dos serviços ora licitados.

III. CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO - CAT registrada(s) do(s) profissional(is) responsável(is), devidamente habilitado(s), indicando as atribuições do(s) mesmo(s) para a execução dos serviços licitados. **A CAT deverá estar acompanhada do respectivo atestado de capacidade técnica, caso não se refira ao documento apresentado para atendimento ao inciso I deste item.**

a. A Certidão de Acervo Técnico deverá referir-se às atividades técnicas que façam parte das atribuições legais do profissional.

b. Caso o responsável técnico não esteja mencionado na Certidão de Registro da Empresa, a empresa vencedora deverá comprovar o vínculo empregatício com o profissional mencionado na documentação da CAT, **quando da assinatura do contrato**, através da apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), da ficha de registro de empregados e/ou contrato de prestação de serviços, (no caso de algum profissional ser sócio da empresa, não é necessário apresentar comprovação de vínculo, o que se dará pelo próprio contrato social).

c. O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

11.3.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.3.5.1. Para comprovação da boa situação financeira da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

a) As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação desde que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou certifique que a empresa está em condições de contratar com a Administração Pública.

b) O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

II. CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO relativo ao último exercício exigível, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

a) Termo de Abertura;

b) Termo de Encerramento;

c) Balanço Patrimonial;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

d) Demonstração de Resultado do Exercício;

e) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alienas “a” e “b” acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

11.3.5.2. A boa situação financeira da licitante será verificada pela Administração com base nos documentos apresentados conforme o inc. II do item 11.3.5.1 deste Edital, nos seguintes moldes:

I. O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II. O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

III. O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

11.3.5.3. Será habilitada a empresa que apresentar:

I. Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;

II. Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;

III. Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

11.3.5.4. As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices estabelecidos no item acima, deverão comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido, **no mínimo de 10% (dez por cento)** da soma dos valores ESTIMADOS dos lotes arrematados, conforme determina a Lei nº 8666/93, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

11.3.5.5. Para fins do disposto do inciso II acima, o exercício social torna-se exigível:

I. Após o último dia do mês de **MAIO** do ano subsequente, para as Licitantes enquadradas no regime de Lucro Real e empresas que utilizam a contabilidade digital através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED;

II. Após o último dia do mês de **ABRIL** do ano subsequente, para as demais licitantes.

11.3.5.6. A Licitante cuja soma dos valores **ESTIMADOS** dos Lotes arrematados seja inferior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) estará dispensada de apresentar os documentos relacionados no inciso “II” acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

11.3.5.7. Excepcionalmente, no caso de empresas recém constituídas e que ainda não tenham encerrado seu primeiro exercício social, será aceito o “Balanco de Abertura”.

11.3.6. OBSERVAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

11.3.6.1. Quanto à documentação exigida para fins de habilitação, a empresa licitante poderá, a seu critério, utilizar-se do SICAF exclusivamente para fins de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, sendo obrigatória, neste caso, a apresentação do Certificado de Registro Cadastral válido, emitido pelo SICAF.

11.3.6.2. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral não isenta a empresa da apresentação de eventuais documentos exigidos para utilização dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, da Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória, bem como demais documentos não atestados no referido certificado, necessários à habilitação da mesma no certame, nos termos deste Edital;

11.3.6.3. A dispensa de entrega dos documentos, mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral, somente será possível para aqueles que estiverem válidos no SICAF.

11.3.6.4. As licitantes poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados no SICAF.

11.3.6.5. Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o Pregoeiro considerará como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e Município de Vitória, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias, respectivamente.

11.3.6.6. A confirmação da veracidade das certidões emitidas pela internet apresentadas pelos licitantes será feita pelos Pregoeiros e/ou Membros da Equipe de Apoio, através dos respectivos sites.

11.3.6.7. Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal e trabalhista apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (que se manifestou como tal no sistema do provedor), ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, para que regularize sua documentação fiscal e trabalhista, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 147/2014 e nº 155/2016.

11.3.6.8. Caso o microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte não regularize sua documentação fiscal e trabalhista, decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.3.6.9. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.3.6.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espírito Santo

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES

Central de Licitações, Compras e Contratos

11.3.6.11. Conforme disposto no §2º, art. 53, do Decreto Municipal nº. 17.959/2019, as certidões com emissão em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que porventura não forem cadastradas no sistema pelos licitantes, poderão ser emitidas pelo pregoeiro.

11.3.6.11.1. Caso não seja possível a emissão da certidão, por qualquer motivo, ou a certidão emitida estiver positiva, o licitante será inabilitado, ressalvado os benefícios previstos pela Lei Complementar nº. 123/2006.

11.3.7. DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA

11.3.7.1. O vencedor do certame terá o prazo de **02 (duas) horas**, a contar da convocação do Pregoeiro no provedor, para enviar, pelo sistema, a proposta comercial definitiva, devidamente atualizada, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

11.3.7.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

11.3.7.3. A Proposta Comercial Definitiva deverá ser entregue digitada no sistema, sendo desnecessário, portanto, o upload de seu arquivo (exceto quando o edital exigir a apresentação de documentação complementar, que deverá ser anexada em campo próprio), em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste edital, seus anexos e sistema provedor, devendo constar na mesma:

I. Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;

II. Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;

III. Prazo para entrega dos materiais ou execução dos serviços, conforme estabelecido neste edital, quadro resumo e anexos;

IV. Indicação da MARCA, quando o quadro resumo exigir, que deverá ser idêntica à apresentada inicialmente, quando do cadastramento da proposta comercial preliminar, no sistema provedor.

11.3.7.4. Na hipótese de contratação de serviços comuns, em que a legislação exija a apresentação de planilha de composição de preços, o arquivo modelo para preenchimento constará anexado ao edital, onde este for disponibilizado.

11.3.7.5. A planilha de composição de custos, quando disponibilizada como anexo ao edital, deverá, obrigatoriamente, ser preenchida e encaminhada, exclusivamente via sistema, em campo próprio, juntamente com a proposta comercial definitiva, no prazo definido neste edital, com os respectivos valores adequados ao lance vencedor, vedados arredondamentos.

11.3.7.6. O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se a quantidade de casas decimais para o valor unitário prevista no quadro resumo, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a execução dos serviços e/ou entrega do produto, com base nas especificações do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

11.3.7.7. Deverão ser cotados todos os itens constantes do respectivo lote, em suas quantidades totais.

11.3.7.8. A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

11.3.7.9. Não serão adjudicadas as propostas de preços com valores superiores ao estimado para CADA LOTE e para CADA ITEM.

11.3.7.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ou executado para a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA sem ônus adicionais.

11.3.7.11. Será preferencialmente, preenchido e entregue junto à proposta definitiva, via sistema, o ANEXO denominado "DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DO CONTRATO".

12. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

12.1. Quando assinalado pela exigência de apresentação de amostras, no quadro resumo e, na impossibilidade de verificação da adequação do objeto, por meio da documentação apresentada, a participação na licitação implica na concordância de que, caso seja solicitado, a empresa arrematante apresentará amostra do produto no prazo estabelecido no referido quadro, contado da data de convocação pelo Pregoeiro ou Membro da equipe de apoio.

12.2. O local e horário para apresentação das amostras constará do quadro resumo.

12.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante e número do PREGÃO, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto as suas características, tais como marca, fabricante e modelo. Não é necessário o envio da amostra com o adesivo.

12.4. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos e submetidos aos testes necessários, sendo colocados à disposição para recolhimento por parte da licitante no estado em que se encontrarem:

I. Ao final da vigência do instrumento contratual ou congênere, no caso de a amostra corresponder ao vencedor do certame;

II. Até 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento licitatório (Homologação), para os demais casos.

12.5. Será rejeitada a amostra que:

I. Não corresponder à marca cotada (ofertada na proposta), quando esta for exigível no quadro resumo;

II. Apresentar baixa qualidade em comparação aos produtos usualmente utilizados pela administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

III. Apresentar histórico de ocorrências relativas a problemas de qualidade devidamente comprovadas em processos anteriores, no âmbito da Administração Municipal;

IV. Apresentar divergência para menos em relação às especificações constantes no Edital;

12.6. Será DESCLASSIFICADO para o respectivo lote, o licitante que tiver sua amostra rejeitada ou deixar de apresentá-la no prazo estabelecido, quando solicitado, estando, assim, passível às sanções previstas neste edital e quadro resumo.

13. DA VISITA TÉCNICA

13.1. Quando assinalado no quadro resumo pela recomendação de realização, pela licitante interessada, de visita técnica nos locais em que os serviços serão executados, esta será realizada seguindo o prazo e demais condições prescritas no referido quadro.

13.2. A visita técnica, quando recomendada, possui o condão de possibilitar aos licitantes interessados a faculdade de examinar todos os detalhes e tomar ciência das características do local, eventuais dificuldades para a execução do objeto e demais informações necessárias à elaboração de sua proposta.

13.3. A realização da visita técnica não será fator para desclassificação ou inabilitação da licitante, porém, não serão aceitas alegações posteriores quanto a desconhecimento de qualquer detalhe, incompreensão, dúvidas ou esquecimento que possam provocar empecilhos e atrasos ou paralisações na execução do objeto, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes destes fatos.

13.4. O licitante que pretender realizar a visita técnica deverá agendar horário, junto ao servidor da Unidade Gestora Requisitante, por meio dos telefones/e-mails e nos horários indicados no quadro resumo.

13.5. Quando sugerida a realização de visita técnica no quadro resumo, será disponibilizado, como anexo ao edital:

a) Um modelo de DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, que deverá ser apresentado preenchido e assinado pelas empresas que **não** realizarem a visita, em conjunto com a documentação exigida para habilitação do proponente; e,

b) Um modelo de ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, que deverá ser apresentado devidamente assinado pelo representante da empresa e da Administração, pelas empresas que realizarem a visita, em conjunto com a documentação exigida para habilitação do proponente.

14. DA QUANTIDADE ESTIMADA, PERIODICIDADE E PREÇOS MÁXIMOS

14.1. O preço máximo admitido para fins de registro será conforme tabela abaixo.

14.2. Não serão adjudicadas as propostas de preços com valores superiores ao estimado para cada lote e para cada item.

14.3. A quantidade estimada a ser adquirida pelo órgão participante, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será conforme tabela abaixo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO [DESCRIÇÃO COMPLETA NO ANEXO I DESTE EDITAL]	SEMC	SEMESP	TOTAL	UNID	CRONOGRAMA ESTIMADO DE AQUISIÇÃO - CONSOLIDADO	PREÇO MÁXIMO- UNIT.	PREÇO MÁXIMO TOTAL
1	7.39.22.0011.0	EVENTOS - LOCAÇÃO DE PALCO DUAS ÁGUAS – 6x6	61	30	91	DI	TRIMESTRAL	R\$ 3.376,51	R\$ 307.262,41
VALOR TOTAL LOTE 1									R\$ 307.262,41
2	7.39.22.0013.6	EVENTOS - LOCAÇÃO DE PALCO DUAS ÁGUAS – 10x8m.	58	0	58	DI	TRIMESTRAL	R\$ 4.473,45	R\$ 259.460,10
VALOR TOTAL LOTE 2									R\$ 259.460,10
3	7.39.22.0015.2	EVENTOS - LOCAÇÃO DE PALCO DUAS ÁGUAS 18x14 Metros.	7	0	7	DI	TRIMESTRAL	R\$ 8.253,75	R\$ 57.776,25
VALOR TOTAL LOTE 3									R\$ 57.776,25
4	7.39.22.0021.7	EVENTOS - LOCAÇÃO DE ESTRUTURA TIPO "FECHAMENTO"	710	0	710	ML	TRIMESTRAL	R\$ 13,42	R\$ 9.528,20
VALOR TOTAL LOTE 4									R\$ 9.528,20
5	7.39.22.0056.0	LOCAÇÃO, Tipo: Camarim, Tamanho: Médio porte	63	0	63	UN	TRIMESTRAL	R\$ 1.975,40	R\$ 124.450,20
VALOR TOTAL LOTE 5									R\$ 124.450,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

6	7.39.22.0057.8	LOCAÇÃO, Tipo: Camarim, Tamanho: Grande Porte	9	0	9	UN	TRIMESTRAL	R\$ 2.687,50	R\$ 24.187,50
VALOR TOTAL DO LOTE 6									R\$ 24.187,50
7	7.39.22.0058.6	EVENTOS - LOCAÇÃO DE TABLADOS.	3000	2000	5000	M2	TRIMESTRAL	R\$ 12,20	R\$ 61.000,00
VALOR TOTAL LOTE 7									R\$ 61.000,00
8	7.39.22.0059.4	EVENTOS - LOCAÇÃO DE SEPARADOR DE PUBLICO	4148	10000	14148	M	TRIMESTRAL	R\$ 14,51	R\$ 205.287,48
VALOR TOTAL LOTE 8									R\$ 205.287,48
9	7.39.22.0060.8	EVENTOS - LOCAÇÃO DE Tenda Sem Piso	16640	2000	18640	M2	TRIMESTRAL	R\$ 10,05	R\$ 187.332,00
VALOR TOTAL LOTE 9									R\$ 187.332,00
TOTAL									R\$ 1.236.284,14



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após Declarado(s) o(s) Vencedor(es), os demais licitantes poderão se manifestar sobre o interesse em integrar o cadastro de reserva da futura Ata de Registro de Preços, aceitando cotar os bens/serviços ao preço do primeiro colocado.

15.2. A manifestação será feita no sistema provedor, sendo que o interessado terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da convocação feita pelo Pregoeiro, em momento posterior a Declaração de Vencedor, para manifestar seu interesse.

15.3. Ultrapassado este prazo, será desconsiderada qualquer manifestação por parte dos licitantes.

15.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

15.5. Se houver mais de uma licitante interessada em compor o cadastro reserva, a classificação dos habilitados respeitará a ordem da última proposta apresentada na etapa competitiva.

15.6. Existindo necessidade, devido a possíveis deficiências na forma de apresentação das informações da ata gerada pelo sistema de operação da licitação, será acrescido à Ata de Registro de Preços (ARP) outro anexo, de forma a complementar e facilitar a compreensão dos dados da Ata de Registro de Preços (ARP) por qualquer interessado. Este Anexo será formulado pelo órgão gerenciador.

16. DOS LOCAIS, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Atendidas todas as exigências mencionada no instrumento convocatório, e superada eventual fase de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da melhor proposta, desde que devidamente habilitado.

16.2. No caso de interposição de recurso e mantendo o Pregoeiro sua decisão, a adjudicação do objeto ao vencedor caberá à autoridade competente.

16.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Ata de Registro de Preços será encaminhada para assinatura do adjudicatário, ou será o mesmo convocado para assiná-la, sendo que, em ambos os casos, o prazo será de até 05 (cinco) dias úteis para devolvê-la/assiná-la. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

16.4. Após a publicação da Ata de Registro de Preços e quando da “futura contratação”, o Licitante Vencedor terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, para assinar o Contrato e/ou aceitar a OS. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

16.5. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta/Ata de Registro de Preços, convocado para assinatura Ata de Registro de Preços, do contrato e/ou retirar a Ordem de Serviço (OS) não mantiver as mesmas condições de habilitação estará sujeito às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, bem como as previstas no Edital. Neste caso, o pregoeiro poderá examinar as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, observada a ordem de



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo ser o respectivo licitante convocado para negociar redução do preço ofertado.

16.6. A recusa injustificada do vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços, o Contrato e/ou retirar a Ordem de Serviço (OS) dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação das penalidades previstas no Edital.

16.7. A Ata de Registro de Preços, o Contrato e/ou a Ordem de Serviço (OS) poderão ser rescindidos e/ou cancelados pelo MUNICÍPIO:

- a) Unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada pelo MUNICÍPIO desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação.

16.8. As contratações serão realizadas de acordo com as necessidades do Município de Vitória.

16.9. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, quando da solicitação dos serviços, deverá informar o endereço para disponibilização dos serviços, com cronograma de datas para sua utilização.

16.10. Para os casos em que a legislação exigir a formalização de instrumento contratual, este será anexo ao presente edital, em formato de minuta, que apresentará todas as suas condições, inclusive aquelas relativas à eventual exigência de garantia e repactuação, reajustamento e reequilíbrio do instrumento, cujo texto faz parte deste instrumento, para todos os efeitos, independentemente de transcrição.

16.11. Para efeitos do disposto no subitem anterior, os termos da minuta do instrumento contratual, quando anexo, vinculam as partes.

16.12. Quando exigível a assinatura de instrumento contratual, o quadro resumo apresentará indicação nesse sentido.

16.13. O fornecimento/execução ocorrerá na forma, prazos, locais e horários indicados no quadro resumo ou, se houver exigência de formalização de instrumento contratual, na minuta do mesmo.

16.14. Eventual exigência de garantia do objeto licitado restará, de igual forma, prevista no quadro resumo.

16.15. O local de fornecimento ou execução dos serviços poderá sofrer alteração, a critério da administração, mediante prévia comunicação ao Fornecedor.

16.16. Os fornecimentos serão executados conforme especificações constantes do detalhamento do objeto.

16.17. A Nota Fiscal deverá conter os dados principais do processo de aquisição (nº Processo, Pregão, nº AF/OS) a fim de facilitar o recebimento do objeto e agilizar o processo de pagamento.

16.18. O objeto deste Edital será recebido pela Contratante, após inspeção de qualidade por comissão ou servidor para tanto designado, em conformidade com o disposto na alínea 'b', do inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como nas regras específicas estabelecidas neste Edital e anexos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

obedecidos, ainda, as disposições dos parágrafos §3º e §4º, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.19. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelos serviços, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.20. A CONTRATADA fica obrigada, quando for o caso, a reparar, a corrigir, a remover, a reconstruir ou a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou materiais empregados, cabendo a CONTRATANTE não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências apontadas.

16.21. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital ou na proposta da Contratada, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pela Contratante, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.21.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17. DAS INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A Central de Licitações, Compras e Contratos (SEGES/CENTRAL-LIC), por intermédio da Comissão do Sistema de Registro de Preços (SEGES/SRP) será o ÓRGÃO GERENCIADOR responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais emitidos os pedidos.

17.2. A fiscalização será realizada pelo servidor indicado no quadro resumo ou por outro designado pelo respectivo ordenador de despesas, nos termos do Art. 67, da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar a o recebimento dos materiais ou execução dos serviços.

17.3. O responsável pela fiscalização não terá qualquer poder para eximir a Contratada de qualquer obrigação prevista neste edital.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado no prazo previsto no quadro resumo, que será contado da data de entrega dos produtos, da execução dos serviços, ou da entrega da medição atestada, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado no verso da Nota Fiscal/Fatura, que será emitida em 02 (duas) vias, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria, ou da comprovação da prestação dos serviços.

18.2. Para os casos em que a legislação exigir a formalização de instrumento contratual, este será anexo ao presente edital, em formato de minuta, que apresentará todas as suas condições, inclusive



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

aquelas relativas à eventual exigência de garantia e repactuação, reajustamento e reequilíbrio do instrumento, cujo texto faz parte deste instrumento, para todos os efeitos, independentemente de transcrição.

18.3. Em se tratando de pagamentos parcelados, estes serão realizados de acordo com a medição efetuada pela fiscalização do contratante

18.4. A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) PARA CADA FONTE DE RECURSO, COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEN DE SERVIÇO.

18.5. Na emissão da Nota Fiscal/Fatura de Serviços, o fornecedor deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Ordem de Serviço; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

18.6. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova.

18.7. Os pagamentos poderão ser suspensos pela Contratante nos seguintes casos:

I. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar o requisitante;

II. Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;

III. Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

18.8. Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a Nota Fiscal/Fatura, em originais ou devidamente autenticados:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta PGFN e RFB), compreendendo a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa;

V. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

VI. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória. (a prova de regularidade com o município de Vitória está disponível para emissão por qualquer interessado no endereço eletrônico: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/certnegativa/>.);

VIII. Última guia de recolhimento exigível do FGTS, INSS, PIS e COFINS, *para o caso de execução de serviços com disponibilização de mão-de-obra.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

18.9. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação.

18.10. É expressamente vedado ao licitante a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

18.11. O contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas, facultando o exercício do contraditório.

18.12. Em se tratando de contratação com disponibilização de mão-de-obra, deverão ser observadas as disposições do Acórdão PGM nº 006/2006:

I. As Notas Fiscais/Faturas deverão estar acompanhadas das comprovações do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual e nominalmente identificados, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

II. As Notas Fiscais/Faturas deverão estar acompanhadas das comprovações do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;

III. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão no pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

IV. O contratante poderá realizar a retenção e o depósito do FGTS dos trabalhadores, ficando autorizado expressamente tal retenção e depósito, no caso de não comprovação do pagamento por parte do Contratado.

V. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

VI. Será retido na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do respectivo contrato, conforme regulamentações sobre o tema vigentes.

VII. Não haverá a retenção prevista no item anterior na hipótese de a CONTRATADA ser optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ou se enquadre na previsão contida no § 4º do art. 16 da mesma Lei.

19. DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

19.1. O Compromissário obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste edital, as supressões ou acréscimos que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

19.2. Excetua-se do disposto no subitem anterior as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, nos termos do art. 65, § 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

19.3. As supressões referenciadas serão consideradas formalizadas mediante termo de aditamento contratual.

20. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. Além de cumprir as disposições deste edital e anexos, são obrigações das partes aquelas previstas no quadro resumo.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A empresa deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência da Ata (12 meses), **pois oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.**

21.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR e/ou CONTRATADO deverá apresentar, antes da assinatura/recebimento do Contrato ou da Autorização de Fornecimento (AF) ou da Ordem de Serviços (OS), a Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória.

21.3. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico financeiro devidamente justificado, pelo BENEFICIÁRIO DO REGISTRO antes da solicitação do fornecimento pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou ÓRGÃO PARTICIPANTE, caso os preços apurados no mercado sejam mais vantajosos, poderá a Administração liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades.

21.4. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico financeiro pelo BENEFICIÁRIO DO REGISTRO após a solicitação do fornecimento pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou ÓRGÃO PARTICIPANTE, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não poderá recusar e/ou interromper o fornecimento até decisão final no processo administrativo.

21.5. O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou cancelamento da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.6. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, obedecidos os princípios que norteiam os atos da Administração Pública.

21.9. As decisões referentes a este processo Licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio, inclusive eletrônico ou mediante publicação no veículo de comunicação oficial do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

21.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor.

21.11. A participação do Licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos do presente Edital.

21.12. A Administração poderá revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.13. É facultado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta e/ou habilitação.

21.14. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, na forma do Art. 57, §1º da Lei 8.666/93, a critério da Administração, devendo ser justificado por escrito, ou desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do edital;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no edital, nos limites permitidos na Lei 8666/93;
- e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

21.15. O Pregoeiro poderá desclassificar licitantes até a assinatura do Contrato, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da Licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

21.16. As informações e esclarecimentos relativos a presente Licitação serão fornecidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

21.17. Antes da adjudicação do objeto da licitação o órgão contratante poderá designar uma comissão para vistoriar “in loco” a disponibilidade do proponente vencedor em atender as demandas previstas. A vistoria será efetuada após a sessão que declarar o arrematante da licitação, devendo o proponente neste ato, indicar o endereço para a visita aqui tratada. A comissão de vistoria deverá ser composta por servidores do Município de Vitória, que poderão contar com apoio técnico de terceiros contratados. A comissão emitirá um relatório com parecer fundamentado que integrará o processo de contratação, recomendando ou não a adjudicação. (Lei 8.666/93 - art. 43 § 3º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

21.17.1. A vistoria deverá ser feita no município de Vitória ou Grande Vitória, caso contrário a empresa deve assumir todas as despesas com o deslocamento da equipe da PMV responsável pela visita técnica.

21.18. Havendo divergência das informações constantes no Edital, Minuta de Ata de Registro de Preços e Minuta de Contrato, prevalecerão as contidas no Edital.

21.19. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja outra comunicação por parte do Pregoeiro.

Vitória/ES, 27 de dezembro de 2021.

LUIZE STUSSI RODRIGUES
Pregoeira Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO I (DO EDITAL) - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

1. O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, TENDA SEM PISO E COMPLEMENTARES**, conforme especificação e lote abaixo:

- a) Os valores (R\$) informados na tabela abaixo refletem o preço referencial obtido na pesquisa de preços, sendo, portanto, o preço máximo admitido;
- b) A empresa licitante deverá cotar a quantidade total estabelecida abaixo. Não serão aceitas propostas que contemplem apenas parte do quantitativo ou que não contemplem todos os itens do lote.

LOTE 01
AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EVENTOS - LOCAÇÃO DE PALCO DUAS ÁGUAS – 6x6 . Estrutura completa contendo cobertura em estrutura de alumínio tipo Q-30, Q-50 e Box estrutural em formato Duas Águas, área de cena de 6m, com lona branca por fora e preta por dentro, pé direito da cobertura de 6m de altura; profundidade de 6m, acabamento em compensado naval pintado na cor preta e sombrite na cor preta, em bom estado de conservação. Estrutura de piso em pranchões de metalon revestidos com compensado naval, com altura mínima 0,60m e máxima de 2,20m de altura em relação ao solo; Escada de acesso ao palco com corrimão nas laterais, de acordo com normas dos Bombeiros; Rampa de acesso modulada com tamanho mínimo de 02m de largura, forrada com piso antiderrapante e corrimão nas laterais de acordo com normas dos Bombeiros; ? Estruturas para PA fly em alumínio tipo Q30, Q50 e Box Estrutural devidamente travadas e fixadas ao solo com alumínio tipo Q30,Q50 e Box Estrutural, altura mínima de 6m e máxima de 15m; 01 house mix para PA, em estrutura de alumínio tipo Q30 medindo 3x2m, estrutura de piso em pranchões de metalon revestidos com compensado naval, cobertura no formato pirâmide com lona branca por fora e preta por dentro e acabamento também em sombrite na cor preta; Aterramentos de toda estrutura e em diversos pontos e fornecimento de extintores conforme normas dos bombeiros.	DI	91	R\$ 3.376,51	R\$ 307.262,41
VALOR DO LOTE 01					R\$ 307.262,41

LOTE 02
AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EVENTOS - LOCAÇÃO DE PALCO DUAS ÁGUAS – 10x8 . Estrutura completa contendo cobertura em estrutura de alumínio tipo Q-30, Q-50 e Box estrutural em formato Duas Águas, área de cena de 10m, com lona branca por fora e preta por dentro, pé direito da cobertura de 8m de altura; profundidade de 8m, acabamento em				



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

	compensado naval pintado na cor preta e sombrite na cor preta, em bom estado de conservação. Estrutura de piso em pranchões de metalon revestidos com compensado naval, com altura mínima 0,60m e máxima de 2,20m de altura em relação ao solo; Escada de acesso ao palco com corrimão nas laterais, de acordo com normas dos Bombeiros; Rampa de acesso modulada com tamanho mínimo de 02m de largura, forrada com piso antiderrapante e corrimão nas laterais de acordo com normas dos Bombeiros; Estruturas para PA fly em alumínio tipo Q30, Q50 e Box Estrutural devidamente travadas e fixadas ao solo com alumínio tipo Q30, Q50 e Box Estrutural, altura mínima de 8m; 1 house mix para PA, em estrutura de alumínio tipo Q30 medindo 4x4m, estrutura de piso em pranchões de metalon revestidos com compensado naval, cobertura no formato pirâmide com lona branca por fora e preta por dentro e acabamento também em sombrite na cor preta; Aterramentos de toda estrutura e em diversos pontos e fornecimento de extintores conforme normas dos bombeiros.	DI	58	R\$ 4.473,45	R\$ 259.460,10
VALOR DO LOTE 02					R\$ 259.460,10

LOTE 03
EXCLUSIVO ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EVENTOS - LOCAÇÃO DE PALCO DUAS ÁGUAS 18x14 Metros. Palco medindo 18,00m de frente por 14,00m de profundidade, com duas áreas de serviços medindo 5,00 por 4,00 em estrutura metálica, confeccionado com tubos de aço costurado SAE 1010/1020 da classificação DIN-2440, com bitola de 48,3mm, e espessura de 3,00 mm, sendo suas junções feitas de encaixes travados por cunhas gravitacionais (tipo engastamento) e com bases reguláveis, para nivelamento e a estrutura de Fly. Cobertura em duas águas, de o tipo modular; Construído em alumínio (cobertura P50) - (coluna P30) utilizando treliças padronizadas tipo Box truss, escada articulável em alumínio com travas e guarda corpo com grades. Plataforma modulares em compensado naval com 25 mm de espessura; Estrutura de piso em pranchões de metalon revestidos com compensado naval, com altura mínima 0,60m e máxima de 2,20m de altura em relação ao solo; Escada de acesso ao palco com corrimão nas laterais, de acordo com normas dos Bombeiros; Rampa de acesso modulada com tamanho mínimo de 02m de largura, forrada com piso antiderrapante e corrimão nas laterais de acordo com normas dos Bombeiros; Estruturas para PA fly em alumínio tipo Q30, Q50 e Box Estrutural devidamente travadas e fixadas ao solo com alumínio tipo Q30, Q50 e Box Estrutural, altura mínima de 6m e máxima de 15m; 01 Stage Mix para monitor, em estrutura de alumínio tipo Q30, medindo no mínimo 4x4m e máxima de 6x6m, com altura mínima 0,60m e máxima de 2,20m de altura em relação ao solo, de maneira que seja instalada no mesmo nível do piso do palco, estrutura de piso em pranchões de metalon revestidos com compensado naval; Cobertura no formato pirâmide com lona branca por fora e preta por dentro e acabamento também em sombrite na cor preta; 01 house mix para PA, em estrutura de alumínio tipo Q30 medindo no mínimo 3x2m e máxima de 6x6m, com até 2 andares, com o piso do segundo andar sendo revestido de carpete, com altura mínima 0,30m em relação ao solo, estrutura de piso em pranchões de metalon revestidos com compensado naval, cobertura no formato pirâmide	DI	7	R\$ 8.253,75	R\$ 57.776,25



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

	com lona branca por fora e preta por dentro e acabamento também em sombrite na cor preta; Aterramentos de toda estrutura e em diversos pontos e fornecimento de extintores conforme normas dos bombeiros				
VALOR DO LOTE 03					R\$ 57.776,25

LOTE 04
EXCLUSIVO ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EVENTOS - LOCAÇÃO DE ESTRUTURA TIPO "FECHAMENTO" composta de Chapas metálicas de zinco ondulado na cor preta, medindo 2,20m de altura e 2 m de largura cada. Fixadas de forma resistente, com o material que for necessário para isso. Com portão caso seja solicitado.	ML	710	R\$ 13,42	R\$ 9.528,20
VALOR DO LOTE 04					R\$ 9.528,20

LOTE 05
AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO, Tipo: Camarim , Tamanho: Médio porte , Área Útil [m²]: 16, 4,0 X 4,0 Complemento: Cobertura: tenda em lona branca auto extingüível 5,0 x 5,0m. Climatização: 01 aparelho de ar condicionado de 10.000 btu's, em perfeito estado de conservação. Estrutura: Painéis e portas em laminado melamínico estrutural TS dupla face na cor branca, emoldurados sobre perfis de alumínio anodizados natural e ferragens compatíveis, em perfeitas condições de uso, segurança e. Apresentação. A porta completa com maçaneta, fechadura e chave. [não será admitida a instalação de cadeados para substituir as fechaduras]. Piso: Executado em chapas de compensado naval nivelado, de no mínimo 15mm de espessura e revestido com carpete vermelho, espessura mínima de 4mm[3mm], sem rugas ou falhas e com duas rampas para acesso de possíveis cadeirantes. Cercamento: o camarim deverá ter cercamento completo, na quantidade necessária, feito em compensado naval nivelado, construído com chapas de no mínimo 15mm de espessura, 2,20m de altura e 1,60m de largura, com 01 portão feito na medida das chapas com fechaduras/ chaves. Instalações elétricas/iluminação: iluminação interna com 02 lâmpadas fluorescente de 40w acopladas em arandelas de alumínio anodizado, iluminação externa com 02 lâmpadas fluorescente de 40w acopladas em arandelas de alumínio anodizado, 04 pontos de energia com tomada simples de 110W; 01 ponto de energia com interruptor; Mobiliário: fornecidos com ótima aparência e minuciosamente limpos, predominando a cor branca. 01 jogo de mesa de metal com tampo de vidro com 04 cadeiras estofadas cada, nas dimensões mínimas. 80x80cm /diâmetro de 80cm; 02 módulos estofados de dois lugares cada; 01 mesa lateral de metal com tampo de vidro nas dimensões mínimas 40x40cm ou diâmetro de 40cm; 01 frigobar, capacidade 120L; 01 toalha branca para a mesa; 01 espelho de 1,00x1,20m 01 arranjo	UN	63	R\$ 1.975,40	R\$ 124.450,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

VALOR DO LOTE 05	R\$ 124.450,20
-------------------------	-------------------

LOTE 06
EXCLUSIVO ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO, Tipo: Camarim , Tamanho: Grande Porte , Área Útil [m²]: 36, 6, 0, X6, 0m. Complemento: Cobertura: tenda em lona branca auto extingüível, climatizado com ar condicionado tipo split 12.000000 btu's, em perfeito estado de conservação. Estrutura: Painéis e portas em laminado melamínico estrutural TS dupla face na cor branca, emoldurados sobre perfis de alumínio anodizados natural e ferragens compatíveis, em perfeitas condições de uso, segurança e apresentação. A porta completa com maçaneta, fechadura e chave. [não será admitida a instalação de cadeados para substituir as fechaduras]. Piso: Executado em chapas de compensado naval nivelado, de no mínimo 15mm de espessura e revestido com carpete vermelho, espessura mínima de 4mm[3mm], sem rugas ou falhas e com duas rampas para acesso de possíveis cadeirantes. Cercamento: o camarim deverá ter cercamento completo, na quantidade necessária, feito em compensado naval nivelado, construído com chapas de no mínimo 15mm de espessura, 2,20m de altura e 1,60m de largura, com 01 portão feito na medida das chapas com fechaduras/ chaves. Instalações elétricas/iluminação: iluminação interna com 02 lâmpadas fluorescente de 40 w acopladas em arandelas de alumínio anodizado ,iluminação externa com 02 lâmpadas fluorescente de 40w acopladas em arandelas de alumínio anodizado, 04 pontos de energia com tomada simples de 110W; 01 ponto de energia com interruptor; Mobiliário: fornecidos com ótima aparência e minuciosamente limpos, predominando a. cor branca. 02 jogos de mesa de metal com tampo de vidro com 04 cadeiras estofadas cada, nas dimensões mínimas. 80x80cm /diâmetro de 80cm; 02 módulos estofados de dois lugares cada; 01 mesa lateral de metal com tampo de vidro nas dimensões mínimas 40x40cm ou diâmetro de 40cm; 01 frigobar, capacidade 120L; 02 toalhas brancas para a mesa; 01 espelho de 1,00x1,20m 02 arranjos de flores naturais. 01 lixeira 24 garrafas de água mineral sem gás 500 ml	UN	9	R\$ 2.687,50	R\$ 24.187,50
VALOR DO LOTE 06					R\$ 24.187,50

LOTE 07
EXCLUSIVO ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EVENTOS - LOCAÇÃO DE TABLADOS - Piso suspenso sem cobertura em estrutura metálica galvanizada com pisos em pranchões de metalon revestidos com compensado naval e carpete preto quando solicitado. ? Altura mínima de 10 cm e máxima de 2m em relação ao solo, ? escada e corrimão em todo palco.- ? rampa com piso antiderrapante.	M²	5.000	R\$ 12,20	R\$ 61.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

VALOR DO LOTE 07	R\$ 61.000,00
-------------------------	------------------

LOTE 08
AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EVENTOS - LOCAÇÃO DE SEPARADOR DE PÚBLICO - “Grade em estrutura metálica galvanizada medindo 1,30m de altura em relação ao solo e 02m de comprimento cada, com tubos de ½” a cada 12 cm nas verticais, com boa sustentação. - deverão estar em bom estado de conservação.	M	14.148	R\$ 14.51	R\$ 205.287,48
VALOR DO LOTE 08					R\$ 205.287,48

LOTE 09
AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	EVENTOS - LOCAÇÃO DE Tenda Sem Piso (m²) Estrutura: Estruturada por colunas metálicas de tubo galvanizado de 1 1/2 polegada com espessura de 2mm, Cobertura: De quatro abas revestidas com lona branca, laminada em PVC e calandrada com reforço de tecidos de poliéster anti-chamas e autoextinguível, Fechamento: Uma das laterais em lona branca, laminada em PVC e calandrada com reforço de tecidos de poliéster anti-chamas e autoextinguível;	M²	18.640	R\$ 10.05	R\$ 187.332,00
VALOR DO LOTE 09					R\$ 187.332,00

2. CRONOGRAMAS ESTIMADOS DOS EVENTOS:

SEMESP

Evento	Período Previsto de Execução
Projeto Arena Verão	Janeiro
Jogos Escolares	Abril a Junho
Copa Vitória de Futebol de Campo	Julho a Setembro
Copa Vitória de Futebol de Areia	Outubro e Novembro
Jogos da Pessoa com Deficiência	Outubro
Jogos dos Idosos	Novembro



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

SEMC

CAMARINS			
Mês	Local	Médio porte	Grande porte
Fevereiro	Carnaval – Matinês - 4 dias de evento	4	
	Carnaval – Praça Costa Pereira – Centro - 5 dias de evento	5	5
Março	Festival da Torta Capixaba – Ilha das Caieiras – 4 dias de evento	4	
	Auto da Paixão de Cristo – Santo Antônio, Romão e Jardim da Penha – 3 eventos	3	
Junho	Festa de Santo Antônio – Santo Antônio – 2 dias de evento	2	
	Festival de Arraiás – Sambão do Povo – 3 dias de evento	6	
	Festa de São Pedro – Praia do Suá – 3 dias de evento	3	
Julho	Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha no MUCANE – 1 dia de evento		
Setembro	Festa de Nossa Senhora da Vitória – Centro – 2 dias de evento	2	2
	Festa de Aniversário do Bairro São Pedro – São Pedro – 3 dias de evento	3	
	Parabéns no Parque Moscoso – Centro	1	
	Virada Cultural – Centro - 2 dias de evento	4	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

	Festival da Lei Rubem Braga – Centro – 1 dia de evento	1	
	Vitória Cine Vídeo - Centro – 2 dias de evento	2	
Outubro	Festival Nacional de Teatro – 10 dias de evento - vários locais de Vitória	9	
	Festa das Paneleiras – Goiabeiras – 3 dias de evento	5	
Novembro	Dia Nacional da Cultura – vários locais de Vitória – 1 dia de evento	1	
	Dia da Consciência Negra – MUCANE – 1 dia de evento	1	
Dezembro	Dia Nacional do Samba – Centro – 1 dia de evento	1	
	Encerramento das Oficinas do MUCANE – 1 dia de evento	1	
	Aniversário do Bairro Jardim Camburi – 1 dia de evento	1	
	Réveillon de Santo Antônio – Santo Antônio – 1 dia de evento	2	
	Réveillon de Camburi – Praia de Camburi - 1 dia de evento	2	2
	Total	63	09

PALCO E ESTRUTURAS PARA PALCO				
Mês	Local	Palco 6x6	Palco 10x08	Palco 18x14



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

Janeiro	Verão – 12 dias de evento em vários locais de Vitória	12		
Fevereiro	Carnaval – Matinês - 4 dias de evento	4		
	Carnaval – Centro - 4 dias de evento		10	5
Março	Festival da Torta Capixaba – Ilha das Caieiras – 4 dias de evento	4		
	Auto da Paixão de Cristo – Santo Antônio, Romão e Jardim da Penha – 3 eventos	6	3	
Maio	Aniversário do Mucane – Centro – 4 dias de evento	4		
	Mercado da Casa Porto – Centro – 2 dias de evento	2		
Junho	Festa de Santo Antônio – Santo Antônio – 2 dias de evento		2	
	Festival de Arraiás – Sambão do Povo – 3 dias de evento	3		
	Festa de São Pedro – Praia do Suá – 3 dias de evento	3	3	
Julho	Comenda Maurício de Oliveira - Camburi	1		
	Encerramento das Oficinas do MUCANE – 1 dia de evento	1		
	Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha no MUCANE – 1 dia de evento	1		
Setembro	Festa de Nossa Senhora da Vitória – Centro – 2 dias de evento	2		
	Festa do Bairro Romão – Romão – 2 dias de evento	2		



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

	Festa de Aniversário do Bairro São Pedro – São Pedro – 3 dias de evento		3	
	Parabéns no Parque Moscoso – Centro	1		
	Virada Cultural – Centro - 2 dias de evento	5	17	
	Mercado da Casa Porto – Centro – 2 dias de evento	2		
	Festival da Lei Rubem Braga – Centro – 1 dia de evento		1	
	Vitória Cine Vídeo - Centro – 2 dias de evento		2	
Outubro	Festival Nacional de Teatro – 10 dias de evento - vários locais de Vitória	2	2	
	Festa das Paneleiras – Goiabeiras – 3 dias de evento		6	
	Dia Nacional do Idoso e Intern. da Terceira Idade (1 outubro) – 1 dia de evento	1		
	Dia das Crianças – 1 dia de evento		1	
	Roda de Samba do MUCANE – 1 dia de evento	1		
Novembro	Dia Nacional da Cultura – vários locais de Vitória – 1 dia de evento	1	1	
	Dia da Consciência Negra – MUCANE – 1 dia de evento		1	
Dezembro	Dia Nacional do Samba – Centro – 1 dia de evento		2	
	Aniversário do Bairro Jardim Camburi – 1 dia de evento	1		



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

	Réveillon de Santo Antônio – Santo Antônio – 1 dia de evento		2	
	Réveillon de Camburi – Praia de Camburi - 1 dia de evento	2	2	2
	TOTAL	61	58	7

COMPLEMENTARES				
Mês	Local	Tabl. m²	Sep.P. m/lin.	Fechamento
Janeiro	Verão – Mar da Música – 12 dias de evento em vários locais de Vitória	624	240	
	Rua da Lama – 4 dias de evento	64		
Fevereiro	Carnaval – Matinês - 4 dias de evento	280	300	100
	Carnaval – Praça Costa Pereira – Centro - 4 dias de evento	64	160	100
	Rua da Lama – 4 dias de evento			
Março	Festival da Torta Capixaba – Ilha das Caieiras – 4 dias de evento	64	12	
	Auto da Paixão de Cristo – Santo Antônio, Romão e Jardim da Penha – 3 eventos	156	300	
	Rua da Lama – 5 dias de evento	80		
Abril	Rua da Lama – 4 dias de evento	64		



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

Maio	Aniversário do Mucane – Centro – 4 dias de evento	64	24	
	Mercado da Casa Porto – Centro – 2 dias de evento	72	36	
	Rua da Lama – 4 dias de evento	64		
Junho	Festa de Santo Antônio – Santo Antônio – 2 dias de evento		80	40
	Festival de Arraiás – Sambão do Povo – 3 dias de evento		600	60
	Festa de São Pedro – Praia do Suá – 3 dias de evento		180	60
	Rua da Lama – 4 dias de evento	64		
Julho	Comenda Maurício de Oliveira – Camburi	36	20	
	Encerramento das Oficinas do MUCANE – 1 dia de evento	36	20	
	Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha no MUCANE – 1 dia de evento	36	20	
	Rua da Lama – 4 dias de evento	64		
Agosto	Rua da Lama – 4 dias de evento	64		
Setembro	Festa de Nossa Senhora da Vitória – Centro – 2 dias de evento		60	
	Festa do Bairro Romão – Romão – 2 dias de evento		40	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

	Festa de Aniversário do Bairro São Pedro – São Pedro – 3 dias de evento		120	60
	Parabéns no Parque Moscoso – Centro – 1 dia de evento	36	40	
	Virada Cultural – Centro - 2 dias de evento	190	600	60
	Mercado da Casa Porto – Centro – 2 dias de evento	72	36	
	Festival da Lei Rubem Braga – Centro – 1 dia de evento	72	40	
	Vitória Cine Vídeo - Centro – 2 dias de evento	32	100	
	Rua da Lama – 5 dias de evento			
Outubro	Festival Nacional de Teatro – 10 dias de evento - vários locais de Vitória	158	200	
	Festa das Paneleiras – Goiabeiras – 3 dias de evento	108	120	180
	Roda de Samba do MUCANE – 1 dia de evento	36	40	
	Rua da Lama – 4 dias de evento	64		
Novembro	Dia Nacional da Cultura – vários locais de Vitória – 1 dia de evento	52	80	
	Dia da Consciência Negra – MUCANE – 1 dia de evento		80	
	Rua da Lama – 4 dias de evento	64		



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

Dezembro	Dia Nacional do Samba – Centro – 1 dia de evento	104	80	
	Encerramento das Oficinas do MUCANE – 1 dia de evento	36	40	
	Aniversário do Bairro Jardim Camburi – 1 dia de evento		40	
	Rua da Lama – 5 dias de evento	80		
	Abertura do Natal no Parque Moscoso – 1 dia de evento		80	
	Réveillon de Santo Antônio – Santo Antônio – 1 dia de evento		60	20
	Réveillon de Camburi – Praia de Camburi - 1 dia de evento		300	30
	TOTAL	3000	4148	710

TENDAS SEM PISO

Mês	Local	m²
Janeiro	Verão – Mar da Música – 12 dias de evento em vários locais de Vitória	3414
Fevereiro	Carnaval – Matinês - 4 dias de evento	1344
Fevereiro	Carnaval – Centro - 4 dias de evento	1632
Março	Festival da Torta Capixaba – Ilha das Caieiras – 4 dias de evento	478



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

Março	Auto da Paixão de Cristo – Santo Antônio, Romão e Jardim da Penha – 3 eventos	580
Maio	Aniversário do Mucane – Centro – 4 dias de evento	288
Maio	Mercado da Casa Porto – Centro – 2 dias de evento	450
Junho	Festa de Santo Antônio – Santo Antônio – 2 dias de evento	200
Junho	Festival de Arraiás – Sambão do Povo – 3 dias de evento	366
Junho	Festa de São Pedro – Praia do Suá – 3 dias de evento	1080
Julho	Comenda Maurício de Oliveira – Camburi	72
Julho	Encerramento das Oficinas do MUCANE – 1 dia de evento	36
Julho	Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha no MUCANE – 1 dia de evento	36
Setembro	Festa de Nossa Senhora da Vitória – Centro – 2 dias de evento	360
Setembro	Festa do Bairro Romão – Romão – 2 dias de evento	180
Setembro	Festa de Aniversário do Bairro São Pedro – São Pedro – 3 dias de evento	1176
Setembro	Parabéns no Parque Moscoso – Centro	400
Setembro	Virada Cultural – Centro - 2 dias de evento	244



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

Setembro	Mercado da Casa Porto – Centro – 2 dias de evento	280
Setembro	Festival da Lei Rubem Braga – Centro – 1 dia de evento	52
Setembro	Vitória Cine Vídeo - Centro – 2 dias de evento	400
Outubro	Festival Nacional de Teatro – vários locais de Vitória	304
Outubro	Festa das Paneleiras – Goiabeiras – 3 dias de evento	2036
Outubro	Roda de Samba do MUCANE – 1 dia de evento	36
Novembro	Dia Nacional da Cultura – vários locais de Vitória – 1 dia de evento	261
Novembro	Dia da Consciência Negra – MUCANE – 1 dia de evento	36
Dezembro	Dia Nacional do Samba – Centro – 1 dia de evento	100
Dezembro	Encerramento das Oficinas do MUCANE – 1 dia de evento	36
Dezembro	Aniversário do Bairro Jardim Camburi – 1 dia de evento	160
Dezembro	Abertura do Natal no Parque Moscoso – 1 dia de evento	25
Dezembro	Réveillon de Santo Antônio – Santo Antônio – 1 dia de evento	200
Dezembro	Réveillon de Camburi – Praia de Camburi - 1 dia de evento	378
	TOTAL	16.640



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

**ANEXO II (DO EDITAL) - DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS**

DADOS DO ASSINANTE		
NOME:		
RG:	ÓRGÃO EXPEDITOR:	CPF:
NACIONALIDADE:	ESTADO CIVIL:	
CARGO:		
PROFISSÃO:		
ENDEREÇO COMPLETO:		
DADOS PESSOA JURÍDICA – LICITANTE		
NOME EMPRESARIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO COMPLETO:		
TELEFONE:	FAX:	E-MAIL
DADOS BANCÁRIOS PESSOA JURÍDICA – LICITANTE		
NOME DO BANCO:		
Nº DO BANCO:	Nº AGÊNCIA:	Nº CONTA:
TELEFONE:	FAX:	
Vitória (ES), ____ de ____ de 202X.		
<hr/> Assinatura e carimbo		



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO III (DO EDITAL) - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: XXX/202X-X
PROCESSO LICITATÓRIO: XXXXX/202X
PREGÃO ELETRÔNICO: XXX/202X
REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: XXX/202X

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/202X-X, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE VITÓRIA –
PMV E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.**

As partes abaixo identificadas e devidamente representadas ajustam formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Municipal nº 8.753/14 e suas alterações, Decreto Municipal nº 17.959/2019, ainda de acordo com o Edital da Licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico n.º xxx/202x, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

De um lado o **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.142.058/0005-50, com sede à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, n.º 1927, 2º andar, bloco "B", Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29.050-945, neste ato representada pela autoridade competente da Central de Licitações, abaixo subscrita, e pela Presidente da Comissão de Registro de Preços – SEGES, Cristina Costa Ganen Berbet, adiante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

De outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxxx, bairro xxxx, xxxxxxxx/XX, CEP: xxxxx-xxx, Telefone/Fax: (xx) xxxx-xxxx, E-mail: xxxxxxxxxxxx@xxxxx.com.br, representada por seu sócio/procurador, Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do RG n.º xxxxxxxx/XX e inscrita no CPF sob n.º xxx.xxx.xxx-xx, adiante denominada **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ATA, o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, TENDA SEM PISO E COMPLEMENTARES**, conforme especificações e quantidades detalhadas no subitem 3.2.

1.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, respeitados os quantitativos registrados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Integra a presente Ata de Registro de Preços, mediante anuência aos procedimentos realizados pelo Órgão Gerenciador na qualidade de Órgão(s) Participante(s):

2.1.1. SECRETARIA DE CULTURA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0013-60, sede à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1927, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-945

2.1.2. SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, inscrita no CNPJ sob o nº 27.142.058/0014-40, com sede à Rua Rosilda Falcão dos Anjos, nº 150 (Tancredão), Mario Cypreste, Vitória/ES, CEP: 29.027-192.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor global desta ATA é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx).

3.2. Os valores unitários dos itens registrados são os constantes da tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR GLOBAL R\$
VALOR TOTAL DA ATA					R\$	

3.3. O(s) preço(s) registrado(s) corresponde(m) ao valor por item constante(s) da(s) proposta(s) de preços apresentada(s) no Pregão Eletrônico n.º XXX/202X, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

3.4. O(s) preço(s) do(s) item(ns) é(serão) fixo(s) e irrevogável(is), inclusos todos os custos e despesas de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza sendo, porém, facultado a revisão do(s) mesmo(s) desde que verificada e comprovada alterações no mercado, e na forma estabelecida no Decreto Municipal n.º 17.959/2019.

3.5. Nas hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d” da lei n.º 8.666/93, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, conforme especificado na cláusula sexta deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi aprovada pela Procuradoria Geral do Município, bem como os preços nela registrados terão vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação no veículo de imprensa oficial do Município de Vitória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

4.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.1.1.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

4.2. Quando houver contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, estes terão sua vigência conforme as disposições contidas no Edital da licitação, obedecendo ao disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO, que exercerá suas atribuições por intermédio da Subsecretaria de Gestão Administrativa e a equipe que compõe o ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES, designados pela autoridade competente.

5.2. A execução dos atos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão acompanhadas e fiscalizadas por representante(s) do(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) denominado(s) GESTOR(ES) DA ATA/FISCAL(IS) DE CONTRATO:

a) **Na SEMC:** Jeanny Grazielle Garcia (27) 3132 2080.

b) **Na SEMESP:** Gestor: André Luis Campos Pinheiros Telefone 3223-6246 / Fiscal: Camilo Marcarini Cavalcanti, (27) 3382-6430

5.3. Caso os serviços não tenham sido realizados satisfatoriamente, a contratada deverá refazê-lo sem que lhe advenha desse ato qualquer ônus extra.

5.4. A fiscalização terá que atestar a execução dos serviços, sem o que não serão permitidos quaisquer pagamentos.

5.5. O (a) fiscal ora designado (a), ou em sua ausência, o seu substituto, deverá:

a) Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

b) Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

c) Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas ao objeto efetivamente entregue, antes do encaminhamento para pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

5.6. A fiscalização de que trata este item **não exclui nem reduz** a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93);

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA E REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

6.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.3. Os fornecedores que não aceitam reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se houver justificativa comprovada e aceita pela Administração; e

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO

7.1. Comprovada a vantagem, e segundo as conveniências da administração, os órgãos e unidades da administração direta do município sob o controle do ÓRGÃO GERENCIADOR, poderão solicitar a contratação do(s) serviço(s) integrantes desta Ata de Registro de Preços.

7.2. Comprovada a necessidade pelos órgãos participantes e/ou unidade da administração, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá ser previamente informado, através de Ofício ou outro meio de comunicação eficaz, sobre a abertura de processo visando a contratação, devendo o mesmo se manifestar “ciente” no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

7.3. Havendo a concordância do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, o processo tramitará para emissão do CONTRATO e/ou Nota de Empenho.

7.4. Não ocorrendo manifestação do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, presumir-se-ão aceitas as condições e compromisso de fornecimento, devendo ser emitido o respectivo CONTRATO e/ou nota de empenho, sendo que, o descumprimento acarretará na aplicação das sanções previstas neste instrumento.

7.5. A execução do(s) serviço(s) ocorrerá de forma parcelada, após a assinatura do CONTRATO e emissão da nota de empenho, nos prazos estabelecidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES ou unidades requisitantes.

7.6. Serão firmados quantos contratos forem necessários durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo respeitado o limite do exercício financeiro correspondente.

7.7. O prazo de vigência do contrato será estabelecido pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE no momento da sua assinatura/solicitação do serviço e será contado a partir do recebimento da Ordem de Serviços (OS).

7.8. Os serviços serão executados nos bairros de Vitória, conforme cronograma.

7.9. Firmado o contrato, eventuais solicitações de serviços e ajustes no calendário serão devidamente comunicados com antecedência de no mínimo 12h, por email, com informações como: nome do evento, data, horário de entrega e responsável no evento com número de telefone.

7.10. Considera-se uma diária igual a 24hs.

7.11. O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, será suportado exclusivamente pela contratada.

7.12. Caso não tenham sido atendidas as condições técnicas da execução dos serviços, bem como se houver divergência entre os objetos indicados na proposta e os apresentados, serão lavrados termo de recusa onde serão apontadas as falhas constatadas.

7.13. Os serviços deverão ser realizados seguindo todas as normas técnicas e demais legislações vigentes, devendo a empresa contratada arcar com todos os custos referentes a execução (mão de obra, ferramentas, materiais consumíveis, veículo para transporte dos profissionais e equipamentos, etc.), de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

7.14. A eficácia do contrato dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).

7.15. A licitante vencedora será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar, na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

7.16. A Administração poderá prorrogar o prazo do contrato, por igual período, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - LOCAL E PRAZO DE INICIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O início da execução dos serviços deverá ser em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço assinada pela CONTRATADA, nos locais indicados no pela secretaria.

8.2. Os serviços serão executados nos locais definidos pelo setor requisitante, quando da formalização contratual e em conformidade com as especificações constantes do Anexo I desta Ata.

8.3. A Contratada será responsável pelo transporte dos técnicos relativo ao deslocamento (ida e volta) dos mesmos, para os atendimentos às Unidades.

8.4. O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, será suportado exclusivamente pela contratada.

8.5. Caso não tenham sido atendidas as condições técnicas de fornecimento dos objetos, bem como se houver divergência entre os objetos indicados na proposta e os entregues, serão lavrados termo de recusa onde serão apontadas as falhas constatadas.

8.6. Os serviços deverão ser realizados seguindo todas as normas técnicas e demais legislações vigentes, devendo a empresa contratada arcar com todos os custos referentes a execução (mão de obra, ferramentas, materiais consumíveis, veículo para transporte dos profissionais e equipamentos, etc.), de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas para suportar a(s) eventual(is) aquisição dos materiais/serviços com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária e fonte de recursos vigentes e devidamente consignados na ocasião da efetiva necessidade do fornecimento e instrução do processo respectivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, por entregas dos materiais aceitos, da execução dos serviços, ou da entrega da medição atestada, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data de entrega dos produtos, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura emitida em 02 (duas) vias, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria.

10.2. A atestação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.

10.2.1. **A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) PARA CADA FONTE DE RECURSO, COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE,**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEM DE SERVIÇO.

10.3. Ocorrendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s)/Fatura(s) apresentadas, estas serão devolvidas ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado à partir da data da apresentação destas, devidamente corrigidas, ou de nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/ Fatura(s), que substituirá(ão) aquela(s).

10.4. Os ÓRGÃOS GERENCIADOR e/ou PARTICIPANTES poderá(ão) deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR em decorrência de inadimplemento deste contrato.

10.5. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a Contratante;
- b) Inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;
- c) Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço/Fatura(s).

10.6. Os pagamentos serão efetuados conforme disposto no item 18.1 desta Cláusula, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

10.6.1. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta), expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;

10.6.2. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;

10.6.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;

10.6.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, devidamente válida;

10.6.5. Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;

10.6.6. Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;

10.6.7. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

10.7. Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, o nº do contrato e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

10.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.

10.9. A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela Contratada em decorrência de inadimplemento deste Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

10.10. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

10.11. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Administração do Município de Vitória em favor do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Constituem obrigações do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

11.1.1. Prestar os serviços estritamente de acordo com as especificações e quantidades descritas neste instrumento;

11.1.2. Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

11.1.3. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;

11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, da CONTRATANTE;

11.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

11.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

11.1.7. Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo fiscal do contrato os serviços que, a juízo deste, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

11.1.8. Não efetuar subcontratação de qualquer serviço ou atividade, sem justificativa e com prévia e expressa autorização da Contratante, que poderá, se assim entender, indeferir a solicitação;

11.1.9. Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento;

11.1.10. A empresa contratada deverá estar devidamente regular com as obrigações junto ao FGTS, bem como aos tributos Federais, Estaduais, Municipais e Trabalhistas;

11.1.11. Manter, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, inclusive a regularidade fiscal;

11.1.12. Fornecer toda a documentação necessária para a efetuação do pagamento, conforme a Lei nº 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- 11.1.13. Sempre que solicitado pela Contratante, a Contratada deverá fornecer os documentos de habilitação fiscal e/ou jurídica, que foram apresentados no Certame Licitatório, atualizados;
- 11.1.14. Assumir a responsabilidade pela segurança e guarda do equipamento enquanto estiver montado (dia e noite);
- 11.1.15. Todo o equipamento fornecido deverá estar em bom estado de funcionamento e conservação, caso contrário deverá ser substituído imediatamente;
- 11.1.16. A empresa deverá ter condição/ infraestrutura de atender até 04 eventos simultâneos em pontos distintos da cidade;
- 11.1.17. Deverá disponibilizar e manter equipe técnica e auxiliares para montagem, operacionalização e manutenção, caso seja necessário, durante a execução de todo o serviço. Estes deverão estar devidamente uniformizados e identificados com credenciais da empresa;
- 11.1.18. Segurança, transporte e alimentação da equipe disponibilizada será de total responsabilidade da empresa contratada;
- 11.1.19. Para toda e qualquer montagem a empresa contratada, deverá apresentar o atestado de responsabilidade técnica (ART), assinada por profissional competente de acordo com a legislação vigente, referente a estrutura e instalações elétricas/iluminação;
- 11.1.20. O custo do combustível utilizado deverá ser arcado pela CONTRATADA.
- 11.1.21. Todos os horários definidos pelas secretarias deverão ser cumpridos.

No caso específico de Camarins:

- 11.1.22. Normas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, disponibilizando extintores de incêndio (CO2, PQS), com o quantitativo e disposição dos mesmos pré-estabelecidos por este órgão, serão de responsabilidade da empresa contratada;
- 11.1.23. A empresa deverá ter condição/ infra-estrutura de atender até 04 eventos simultâneos em pontos distintos da cidade. Cada evento com até 05 estruturas de camarins cada;
- 11.1.24. Os camarins deverão ser entregues com 4 (quatro) horas de antecedência do evento, limpos e instalação elétrica e funcionando/ligada. O ponto de energia será fornecido pela SEMC;
- 11.1.25. No caso do evento ter mais de um dia, deverá ser limpo todos os dias antes do início de cada evento, enquanto estiver montado para utilização.

No caso específico de Palco e Estruturas para palco:

- 11.1.26. A desmontagem deverá ser feita num prazo máximo de 8 horas após o término do serviço;
- 11.1.27. Para o Viradão Cultural será necessário que a montagem seja feita no prazo de até 8 horas e desmontagem no prazo de até 6 horas.
- 11.1.28. Não será permitido peças enferrujadas ou com falta de pintura;
- 11.1.29. Normas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, disponibilizando extintores de incêndio (CO2, PQS), com o quantitativo e disposição dos mesmos pré-estabelecidos por este órgão, serão de responsabilidade da empresa contratada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

11.1.30. Para toda e qualquer montagem a empresa contratada, deverá apresentar o atestado de responsabilidade técnica (ART), assinada por profissional competente de acordo com a legislação vigente, referente a estrutura;

11.1.31. Os palcos e estruturas deverão ser entregues com 4 (quatro) horas de antecedência do horário de passagem de som das atrações, esse horário será definido pela secretaria requisitante.

No caso específico de Tendas sem Piso, incluindo montagem e desmontagem:

11.1.32. A desmontagem deverá ser feita num prazo máximo de 2 horas após o término do evento;

11.1.33. Normas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, disponibilizando extintores de incêndio (CO2, PQS), com o quantitativo e disposição dos mesmos pré-estabelecidos por este órgão, serão de responsabilidade da empresa contratada;

11.1.34. Para toda e qualquer montagem a empresa contratada, deverá apresentar o atestado de responsabilidade técnica (ART), assinada por profissional competente de acordo com a legislação vigente, referente a estrutura e instalações elétricas;

11.1.35. O serviço deverá ser entregue com 4 (quatro) horas de antecedência do evento.

11.1.36. Instalações elétricas/iluminação: iluminação interna com lâmpadas fluorescentes de 100w (quantidade necessária para iluminar a tenda) acopladas em arandelas de alumínio anodizado, ponto de energia fornecido pela SEMC;

11.1.37. Demais disposições contidas neste instrumento.

11.2. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

11.2.1. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;

11.2.2. Controlar os saldos das Atas de Registro de Preços por órgãos participantes;

11.2.3. Instruir e gerenciar as solicitações de adesão;

11.2.4. Comunicar o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR antes da emissão do respectivo Empenho e Ordem de Serviços (OS) para ciência dos serviços a serem contratados;

11.2.5. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta a toda a Ata de Registro de Preços e não tiver ocorrido na fase de execução com o requisitante.

11.2.6. Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta do Compromissário Fornecedor em relação à determinada Ata de SRP ou fornecimento quando afetar toda a ata de registro de preços.

11.3. Constituem obrigações do GESTOR / FISCAL - ÓRGÃO REQUISITANTE:

11.3.1. Responsabilizar-se pelo pagamento do objeto contratado dentro do prazo estabelecido na legislação;

11.3.2. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido à Contratada através de ofício e/ou e-mail;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

11.3.3. À Contratante reserva-se o direito de rejeitar e suspender o pagamento se o objeto contratado não atender as especificações constantes neste Termo de Referência.

11.3.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, designando o(os) servidor(es) responsável(is);

11.3.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.3.6. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados;

11.3.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da CONTRATANTE quanto ao uso das instalações, caso venham a ser solicitadas pelos empregados da CONTRATADA.

11.3.8. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração tiver ocorrido na fase de execução.

11.4. Eventuais ajustes no calendário serão devidamente comunicados com antecedência mínima de 12 (doze) horas, por e-mail, com informações como: nome do evento, data, horário de entrega e responsável no evento com número de telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES INTERNOS E EXTERNOS

12.1. Em atendimento a Lei Municipal 8.753/2014, alterada pela lei nº 9.148/2017 e desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e nas seguintes condições:

12.1.1. Para os órgãos não participantes internos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de remanejamento de saldo;

12.1.2. Excepcionalmente, em casos de relevante interesse público, desde que devidamente justificado e se não puder ser remanejado saldo suficiente para atender a demanda, as secretarias municipais que não participaram dos procedimentos iniciais poderão utilizar, mediante adesão, às Atas de Registro de Preços firmadas pela municipalidade.

12.1.3. Para os órgãos não participantes externos, a utilização da ata poderá ser feita por meio de adesão, observadas as regras estabelecidas no Decreto nº 17.959/2019, e alterações, se houver, e conforme as instruções elencadas nos itens subsequentes.

12.2. Os órgãos externos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devendo, para tanto, observar as condições previstas no Decreto Municipal nº 17.959/2019 e alterações, quando houver.

12.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

12.4. As adesões a que se refere este artigo não poderão exceder ao quádruplo do quantitativo dos itens registrados na ata de registro de preços, independente da quantidade de órgãos aderentes.

12.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, na totalidade, a cem por cento do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.6. As aquisições ou contratações adicionais ocorrerão apenas uma vez por órgão que não tenha participado do procedimento licitatório e não poderá ultrapassar os cem por cento previstos acima.

12.7. Após a autorização do órgão gerenciador e aceite por parte do compromissário fornecedor, as aquisições ou contratações adicionais para os órgãos não participantes deverão ser realizadas de forma imediata na sua integralidade.

12.8. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS

13.1. Os tributos que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta da presente Ata de Registro de Preços, serão de exclusiva responsabilidade do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, assim definido nas Normas Tributárias.

13.2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Aos licitantes/contratados que infringirem as normas constantes na Ata/Edital/Contrato são aplicáveis as seguintes sanções:

I. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 pelos seguintes motivos:

a) Não assinar a ata e/ou contrato, injustificadamente (inexecução total): até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame (desistência de proposta): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);
- c) Apresentar documentação falsa: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;
- d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado), até 06 (seis) horas, a contar do início do evento: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;
- e) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado), superior a 06 (seis) horas, a contar do início do evento: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;
- f) Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução total), caracterizado pela verificação da não execução dos serviços após 08 (oito) horas, a contar do início do evento: até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

II. Advertência – no caso de faltas leves corrigíveis, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração.

III. Multas – nos seguintes casos e percentuais:

- a) **Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução do serviço de até 04 (quatro) horas, a contar do início do evento: 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;
- b) **Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução do serviço superior a 04 (quatro) horas e até 06 (seis) horas, a contar do início do evento: 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;
- c) **Multa Compensatória:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) superior a 06 (seis) horas, a contar do início do evento: 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;
- d) **Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- e) **Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço (OS), uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS);
- f) **Multa Compensatória:** Por inexecução total injustificada da Ordem de Serviço (OS). Caracterizada pela verificação da não execução dos serviços após 08 (oito) horas de atraso, a contar do início do evento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

- a) Fraude na execução do contrato;
- b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO

15.1. O compromissário fornecedor terá o registro de seu preço cancelado pela Administração nas seguintes hipóteses:

- I. Não cumprir as exigências da ata de registro de preços;
- II. Não assinar o contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. Por inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, decorrente do registro de preços;
- V. Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

15.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV, deste artigo, será formalizado por decisão da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo dada a devida publicidade por meio do veículo de imprensa oficial do Município.

15.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. Por razão de interesse público;
- II. A pedido do fornecedor, desde que ocorra antes da consulta de disponibilidade por parte da Administração.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

E, por assim estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada

Vitória, ____ de _____ de 202X.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

AUTORIDADE COMPETENTE DA CENTRAL DE
LICITAÇÕES
P/ MUNICÍPIO DE VITÓRIA
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR - SEGES

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

PRESIDENTE DA COMISSÃO DO SISTEMA DE
REGISTRO DE PREÇOS - SEGES
P/ MUNICÍPIO DE VITÓRIA
P/ ÓRGÃO GERENCIADOR – SEGES

XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXX

XXXXXX XXXXXX XXXXXX

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

RG: XXX.XXX – XXX/XX



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO I (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

VIDE ANEXO I DO EDITAL (DETALHAMENTO DO OBJETO)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO II (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) TERMO DE COMPROMISSO - CADASTRO RESERVA

CLASSIFICAÇÃO: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: XX/202X-0
PROCESSO LICITATÓRIO: XXXXXX/202X
PREGÃO ELETRÔNICO: XXX/202X
REQUISICÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: XXX/201X

A parte abaixo identificada e devidamente representada formaliza o presente **TERMO DE COMPROMISSO** para eventual fornecimento, observadas as disposições da legislação vigente, em especial o Decreto Municipal n.º 17.959/2019 e ainda de acordo com o Edital da Licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº XXX/202X, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

A empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxxx, bairro xxxx, xxxxxxxx/XX, CEP: xxxxx-xxx, Telefone/Fax: (xx) xxxxx-xxxx, E-mail: xxxxxxxxxxx@xxxxx.com.br, representada por seu sócio/procurador, Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do RG n.º xxxxxxxx/XX e inscrita no CPF sob n.º xxx.xxx.xxx-xx, adiante denominada **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR RESERVA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento é parte integrante da Ata de Registro de Preços e tem por finalidade a formação de CADASTRO RESERVA para eventual fornecimento, no caso de exclusão do primeiro colocado, nas hipóteses previstas no Decreto nº 16.379/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR RESERVA declara que aceita cotar seus bens/serviços nas mesmas condições (quantidades, valores e obrigações) pactuadas na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os casos omissos serão resolvidos com base na Legislação aplicável à matéria, em especial o Decreto nº 17.959/2019.

CLÁUSULA QUARTA - Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento.

Declara a parte aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vitória, ____ de _____ de 202X.

XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXX
XXXXXX XXXXXXX XXXXXXX
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR RESERVA
RG: XXX.XXX – XXX/XX



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO IV (DO EDITAL) - MINUTA DOS TERMOS DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/XXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/20XX
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20XX

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE VITÓRIA E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

O MUNICÍPIO DE VITÓRIA, por intermédio da XXXXXXXXX, órgão de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXX, com sede à Av. XXXXXXXXXXXXXXXX, nesta Capital, representada legalmente pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, adiante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXX, estabelecida à Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tendo por seu representante legal, o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXX doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, e do Pregão Eletrônico nº XXX/20XX, oriundo do Processo Administrativo nº XXXX/20XX, que passa a fazer parte deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas, as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, TENDA SEM PISO E COMPLEMENTARES**, conforme descrição, quantidade e preços relacionados na proposta de preços apresentada no referido processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Fica estabelecido a forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, II, "b" da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO

3.1. O início da execução dos serviços deverá ser em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço assinada pela CONTRATADA, nos locais indicados no pela secretaria.

3.2. Os serviços serão executados nos locais definidos pelo setor requisitante, quando da formalização contratual e em conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- 3.3.** Os serviços serão prestados nos bairros do Município de Vitória, conforme cronograma.
- 3.4.** A Contratada será responsável pelo transporte dos funcionários relativo ao deslocamento (ida e volta) dos mesmos, para os atendimentos.
- 3.5.** O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, será suportado exclusivamente pela contratada.
- 3.6.** Caso não tenham sido atendidas as condições técnicas de fornecimento dos objetos, bem como se houver divergência entre os objetos indicados na proposta e os entregues, serão lavrados termo de recusa onde serão apontadas as falhas constatadas.
- 3.7.** Os serviços deverão ser realizados seguindo todas as normas técnicas e demais legislações vigentes, devendo a empresa contratada arcar com todos os custos referentes a execução (mão de obra, ferramentas, materiais consumíveis, veículo para transporte dos profissionais e equipamentos, etc.), de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR GLOBAL

- 4.1.** O valor global do presente contrato é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1.** O prazo de vigência do contrato será de até [ESTABELECIDO PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE NO MOMENTO DA ASSINATURA], sendo que o prazo de execução se iniciará a partir do recebimento da Ordem de Serviços (OS), respeitando-se o limite do exercício financeiro correspondente.
- 5.1.1.** Em caso de contratos assinados eletronicamente, será considerada a data da última assinatura.
- 5.2.** Os serviços serão executados nos bairros de Vitória, conforme cronograma.
- 5.3.** Firmado o contrato, eventuais solicitações de serviços e ajustes no calendário serão devidamente comunicados com antecedência mínima de 12h, por e-mail, com informações como: nome do evento, data, horário de entrega e responsável no evento com número de telefone.
- 5.4.** Considera-se uma diária igual a 24hs.
- 5.5.** O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, será suportado exclusivamente pela contratada.
- 5.6.** Caso não tenham sido atendidas as condições técnicas da execução dos serviços, bem como se houver divergência entre os objetos indicados na proposta e os apresentados, serão lavrados termo de recusa onde serão apontadas as falhas constatadas.
- 5.7.** Os serviços deverão ser realizados seguindo todas as normas técnicas e demais legislações vigentes, devendo a empresa contratada arcar com todos os custos referentes a execução (mão de obra, ferramentas, materiais consumíveis, veículo para transporte dos profissionais e equipamentos, etc.), de forma a permitir a completa efetivação dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

5.8. A eficácia do mesmo dar-se-á após a publicação resumida do instrumento na Imprensa Oficial do Município de Vitória (art. 52 da Lei Orgânica).

5.9. A licitante vencedora será convocada pela Administração, para a assinatura do respectivo contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento contratual no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas deste Contrato.

5.10. A Administração poderá prorrogar o prazo para assinatura do contrato, por igual período, nos termos do § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas para a contratação dos SERVIÇOS decorrentes do presente contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária: XX.XX.XX.XXX.XXXX.X.XX.XX - Elemento de Despesa: X.X.XX.XX.XX - Fonte do Recurso: X.XXX.XXXX (XXXXXX).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

7.1. A Contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste Contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, exceto as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes, nos termos do art. 65, § 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

7.2. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual, a ser emitido pela Coordenação de Contratos, da Gerência de Licitações e Contratos, da Secretaria de Gestão e Planejamento, do Município de Vitória.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A GESTÃO e a FISCALIZAÇÃO serão exercidas, respectivamente pelos(a) servidores(a) XXXXXX e XXXXXXXX, telefone (XX) XXXX-XXXX ou por outro servidor designado pelo Secretário da Pasta, nos termos do Art. 67, da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução dos SERVIÇOS.

8.2. Caso os serviços não tenham sido realizados satisfatoriamente, a contratada deverá refazê-lo sem que lhe advenha desse ato qualquer ônus extra.

8.3. A fiscalização terá que atestar a execução dos serviços, sem o que não serão permitidos quaisquer pagamentos.

8.4. O (a) fiscal ora designado (a), ou em sua ausência, o seu substituto, deverá:

a) Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

a sua competência, nos termos da lei;

b) Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

c) Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas ao objeto efetivamente entregue, antes do encaminhamento para pagamento.

8.5. A fiscalização de que trata este item **não exclui nem reduz** a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93);

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, por entregas dos materiais aceitos, da execução dos serviços, ou da entrega da medição atestada, através de conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data de entrega dos produtos, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura emitida em 02 (duas) vias, juntamente com o instrumento de autorização, com visto do funcionário competente, do setor de recebimento definitivo da mercadoria.

9.2. A atestação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.

9.2.1. **A(S) NOTA(S) FISCAL(IS)/FATURA(S) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) PARA CADA FONTE DE RECURSO, COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CONSTANTES NA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ORDEM DE SERVIÇO.**

9.3. Ocorrendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s)/Fatura(s) apresentadas, estas serão devolvidas ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado à partir da data da apresentação destas, devidamente corrigidas, ou de nova(s) Nota(s) Fiscal(is)/ Fatura(s), que substituirá(ão) aquela(s).

9.4. Os ÓRGÃOS GERENCIADOR e/ou PARTICIPANTES poderá(ão) deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR em decorrência de inadimplemento deste contrato.

9.5. Os pagamentos poderão ser sustados pela Contratante nos seguintes casos:

a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a Contratante;

b) Inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Vitória, por conta do estabelecido neste Edital;

c) Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço/Fatura(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

9.6. Os pagamentos serão efetuados conforme disposto no item 18.1 desta Cláusula, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta), expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, devidamente válida;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, devidamente válida;
- e) Prova de Regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devidamente válida;
- f) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;
- g) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

9.7. Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, o nº do contrato e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

9.8. É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação do fornecimento.

9.9. A Contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela Contratada em decorrência de inadimplemento deste Contrato.

9.10. É expressamente vedado ao licitante cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

9.11. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Administração do Município de Vitória em favor do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. DA CONTRATADA

10.1.1. Prestar os serviços estritamente de acordo com as especificações e quantidades descritas neste instrumento;

10.1.2. Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- 10.1.3.** Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;
- 10.1.4.** Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, da CONTRATANTE;
- 10.1.5.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 10.1.6.** Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 10.1.7.** Corrigir, alterar e/ou refazer no prazo definido pelo fiscal do contrato os serviços que, a juízo deste, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- 10.1.8.** Não efetuar subcontratação de qualquer serviço ou atividade, sem justificativa e com prévia e expressa autorização da Contratante, que poderá, se assim entender, indeferir a solicitação;
- 10.1.9.** Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento;
- 10.1.10.** A empresa contratada deverá estar devidamente regular com as obrigações junto ao FGTS, bem como aos tributos Federais, Estaduais, Municipais e Trabalhistas;
- 10.1.11.** Manter, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência, inclusive a regularidade fiscal;
- 10.1.12.** Fornecer toda a documentação necessária para a efetuação do pagamento, conforme a Lei nº 8.666/93;
- 10.1.13.** Sempre que solicitado pela Contratante, a Contratada deverá fornecer os documentos de habilitação fiscal e/ou jurídica, que foram apresentados no Certame Licitatório, atualizados.
- 10.1.14.** Assumir a responsabilidade pela segurança e guarda do equipamento enquanto estiver montado (dia e noite);
- 10.1.15.** Todo o equipamento fornecido deverá estar em bom estado de funcionamento e conservação, caso contrário deverá ser substituído imediatamente;
- 10.1.16.** A empresa deverá ter condição/ infraestrutura de atender até 04 eventos simultâneos em pontos distintos da cidade;
- 10.1.17.** Deverá disponibilizar e manter equipe técnica e auxiliares para montagem, operacionalização e manutenção, caso seja necessário, durante a execução de todo o serviço. Estes deverão estar devidamente uniformizados e identificados com credenciais da empresa;
- 10.1.18.** Segurança, transporte e alimentação da equipe disponibilizada será de total responsabilidade da empresa contratada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

10.1.19. Para toda e qualquer montagem a empresa contratada, deverá apresentar o atestado de responsabilidade técnica (ART), assinada por profissional competente de acordo com a legislação vigente, referente a estrutura e instalações elétricas/iluminação;

10.1.20. O custo do combustível utilizado deverá ser arcado pela CONTRATADA.

10.1.21. Todos os horários definidos pelas secretarias deverão ser cumpridos.

No caso específico de Camarins:

10.1.22. Normas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, disponibilizando extintores de incêndio (CO2, PQS), com o quantitativo e disposição dos mesmos pré-estabelecidos por este órgão, serão de responsabilidade da empresa contratada;

10.1.23. A empresa deverá ter condição/ infra-estrutura de atender até 04 eventos simultâneos em pontos distintos da cidade. Cada evento com até 05 estruturas de camarins cada;

10.1.24. Os camarins deverão ser entregues com 4 (quatro) horas de antecedência do evento, limpos e instalação elétrica e funcionando/ligada. O ponto de energia será fornecido pela SEMC;

10.1.25. No caso do evento ter mais de um dia, deverá ser limpo todos os dias antes do início de cada evento, enquanto estiver montado para utilização.

No caso específico de Palco e Estruturas para palco:

10.1.26. A desmontagem deverá ser feita num prazo máximo de 8 horas após o término do serviço;

10.1.27. Para o Viradão Cultural será necessário que a montagem seja feita no prazo de até 8 horas e desmontagem no prazo de até 6 horas.

10.1.28. Não será permitido peças enferrujadas ou com falta de pintura;

10.1.29. Normas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, disponibilizando extintores de incêndio (CO2, PQS), com o quantitativo e disposição dos mesmos pré-estabelecidos por este órgão, serão de responsabilidade da empresa contratada;

10.1.30. Para toda e qualquer montagem a empresa contratada, deverá apresentar o atestado de responsabilidade técnica (ART), assinada por profissional competente de acordo com a legislação vigente, referente a estrutura;

10.1.31. Os palcos e estruturas deverão ser entregues com 4 (quatro) horas de antecedência do horário de passagem de som das atrações, esse horário será definido pela secretaria requisitante.

No caso específico de Tendas sem Piso, incluindo montagem e desmontagem:

10.1.32. A desmontagem deverá ser feita num prazo máximo de 2 horas após o término do serviço;

10.1.33. Normas de segurança estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros, disponibilizando extintores de incêndio (CO2, PQS), com o quantitativo e disposição dos mesmos pré-estabelecidos por este órgão, serão de responsabilidade da empresa contratada;

10.1.34. Para toda e qualquer montagem a empresa contratada, deverá apresentar o atestado de responsabilidade técnica (ART), assinada por profissional competente de acordo com a legislação vigente, referente a estrutura e instalações elétricas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

10.1.35. O serviço deverá ser entregue com 4 (quatro) horas de antecedência do evento.

10.1.36. Instalações elétricas/iluminação: iluminação interna com lâmpadas fluorescentes de 100w (quantidade necessária para iluminar a tenda) acopladas em arandelas de alumínio anodizado, ponto de energia fornecido pela SEMC;

10.1.37. Demais disposições contidas no ANEXO I.

10.2. DA CONTRATANTE

10.2.1. Responsabilizar-se pelo pagamento do objeto contratado dentro do prazo estabelecido na legislação;

10.2.2. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido à Contratada através de ofício e/ou e-mail;

10.2.3. À Contratante reserva-se o direito de rejeitar e suspender o pagamento se o objeto contratado não atender as especificações constantes neste Termo de Referência.

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, designando o(os) servidor(es) responsável(is);

10.2.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.2.6. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados;

10.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da CONTRATANTE quanto ao uso das instalações, caso venham a ser solicitadas pelos empregados da CONTRATADA.

10.2.8. Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração tiver ocorrido na fase de execução.

10.2.9. Eventuais ajustes no calendário serão devidamente comunicados com antecedência de no mínimo 12 (doze) horas, por e-mail, com informações como: nome do evento, data, horário de entrega e responsável no evento com número de telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Aos licitantes/contratados que infringirem as normas constantes do Edital, são aplicáveis as seguintes sanções:

I. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores da PMV **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002 pelos seguintes motivos:

a) Não assinar a ata e/ou contrato, injustificadamente (inexecução total): até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores, possibilidade de desistir da proposta antes da convocação, justificadamente, e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

- b) Deixar de entregar ou entregar em desconformidade, injustificadamente, após a convocação, documentação exigida para o certame (desistência de proposta): até 02 (dois) anos, sendo que o prazo será definido com base no histórico da licitação (tempo decorrido da realização da disputa até sua convocação, influências do mercado nos valores e outras agravantes ou atenuantes para dosimetria);
- c) Apresentar documentação falsa: até 05 (cinco) anos, sendo que o prazo será definido dependendo da comprovação de que o licitante foi o responsável direto ou indireto pela apresentação; se tinha conhecimento da falsificação; se agiu com dolo ou culpa;
- d) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado), até 06 (seis) horas, a contar do início do evento: até 01 (um) ano, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;
- e) Ensejar, injustificadamente, o retardamento do objeto licitado (atraso injustificado), superior a 06 (seis) horas, a contar do início do evento: até 02 (dois) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos;
- f) Falhar, injustificadamente na execução do contrato (inexecução total), caracterizado pela verificação da não execução dos serviços após 08 (oito) horas, a contar do início do evento: até 04 (quatro) anos, sendo que o prazo exato do impedimento será definido dependendo do objeto contratado, dos prejuízos causados ao Município e das ações do licitante em minimizar os prejuízos.

II. Advertência – no caso de faltas leves corrigíveis, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração.

III. Multas – nos seguintes casos e percentuais:

- a) **Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução do serviço de até 04 (quatro) horas, a contar do início do evento: 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;
- b) **Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução do serviço superior a 04 (quatro) horas e até 06 (seis) horas, a contar do início do evento: 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;
- c) **Multa Compensatória:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço (OS) superior a 06 (seis) horas, a contar do início do evento: 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela executada com atraso;
- d) **Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- e) **Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço (OS), uma vez que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS);
- f) **Multa Compensatória:** Por inexecução total injustificada da Ordem de Serviço (OS). Caracterizada pela verificação da não execução dos serviços após 08 (oito) horas de atraso, a contar do início do evento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço (OS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, nos casos de:

- a) Fraude na execução do contrato;
- b) Comportamento de modo inidôneo ou cometimento de fraude fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. Este contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, atendido o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

12.2. O CONTRATANTE poderá ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa fundamentada.

12.3. Neste caso, a CONTRATADA terá direito a receber os valores correspondentes aos serviços executados e aprovados pelo órgão fiscalizador.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

13.1. Os preços serão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, a partir de quando poderá ser concedido reajuste, a contar da data da apresentação da proposta, de acordo com o § 1º do Art. 3º da Lei 10.192/2001, com base no índice IPCA-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que devidamente comprovado e aceito pela Administração.

13.2. A qualquer tempo a Contratada poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que demonstre analítica e justificadamente a variação de todos os componentes dos custos, que deram origem ao desequilíbrio contratual, e se atendida a exigência prevista no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93.

13.3. Os efeitos financeiros do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato serão considerados a partir da data de protocolo da solicitação da contratada e essa passará a ser o marco para a contagem do interregno de 12 (doze) meses para futuras repactuações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas no endereço constante do Preâmbulo.

14.2. A Administração poderá revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca da Capital, Vitória, ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vitória, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO I (DO CONTRATO) – DETALHAMENTO DO OBJETO

(VIDE ANEXO I DO EDITAL)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – SEGES
Central de Licitações, Compras e Contratos

ANEXO II (DO CONTRATO) – CRONOGRAMA DE EVENTOS